EDITAL E ANEXOS PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026	
REGIDO PELA LEI FEDERAL N°.14.133/21, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR N° 147/2014, LEI COMPLEMENTAR Nº 155/2017, DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2023.	
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4828/2026	**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2026**
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM	**REGIME DE EXECUÇÃO:** FORNECIMENTO EM ENTREGA ÚNICA, COM INSTALAÇÃO, TESTES DE FUNCIONAMENTO E TREINAMENTO DOS OPERADORES.
OBJETO: Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a **Aquisição de equipamentos de lavanderia hospitalar, compreendendo lavadora horizontal com barreira sanitária, centrífuga e secador industrial de roupas, destinados a atender às necessidades do Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, no Município de Chapadinha/MA,** conforme descrito neste Edital e seus Anexos, nas especificações, quantidades e condições contidas no Termo de Referência, **Anexo II** do Presente Edital.	
O Pregão será realizado em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação - INTERNET, através do PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, site: http://www.portaldecompraspublicas.com.br **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** **Início: 20/10/2026 - Término: 05/11/2026, às 00:00hs (Horário de Brasília)** **SESSÃO PÚBLICA: 05/11/2026, às 09:30h (Horário de Brasília)** Será sempre considerado **o horário de Brasília (DF)** para todas as indicações de tempo constantes neste Edital, em que não esteja disposto "Horário Local".	
DIA, HORÁRIO, LOCAL E MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO EDITAL **DIA:** Dias úteis, de Segunda a Sexta-feira **HORÁRIO:** das 08:00hs às 12:00hs (horário local). **LOCAL:** Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Chapadinha/MA, localizada na Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, Cep: 65.500-000, Chapadinha/Maranhão. E-mail para contato com a CPL: cplchapadinha2021@gmail.com **O edital poderá ser retirado gratuitamente no sítio eletrônico:** www.chapadinha.gov.br e portal que sera realizado o pregão: www.portaldecompraspublicas.com.br	
PREGOEIRO RESPONSÁVEL: **LUCIANO DE SOUZA GOMES** Pregoeiro Municipal	

PREGÃO ELETRÔNICO nº 031/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4828/2026

DISPUTA ABERTA E FECHADA

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA-MA, ESTADO DO MARANHÃO, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.117.709/0001-58, através da Secretaria Municipal de Administração, por meio do seu PREGOEIRO, torna público para conhecimento dos interessados que realizará às **09:30 hrs, do dia 05/11/2026**, licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com o critério de julgamento, "MENOR PREÇO POR ITEM" que se regerá por este instrumento, e pela legislação pertinente, em especial pela Lei Federal nº14.133, de 01 de abril de 2021, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 008/2023 e demais legislação correlata, conforme art. 187 da Lei nº 14.133/21.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado, denominado PREGOEIRO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br. O servidor conduzirá todo o procedimento conforme estabelecido neste instrumento convocatório.

Em caso de discordância entre as especificações do objeto descritas neste instrumento e as constantes no sistema portal de compras públicas, prevalecerão as descritas aqui estabelecida.

1. OBJETO E VALOR ESTIMADO

1.1. O objeto da presente licitação é a Seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajosa visando a **Aquisição de equipamentos de lavanderia hospitalar, compreendendo lavadora horizontal com barreira sanitária, centrífuga e secador industrial de roupas, destinados a atender às necessidades do Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, no Município de Chapadinha/MA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste EDITAL e anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **"MENOR PREÇO POR ITEM"**, observadas as exigências contidas neste instrumento e seus anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 65/2021 da **SECRETARIA DE GESTÃO DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA**.

1.4. O valor total estimado da contratação é de **R$ 253.096,34 (duzentos e cinquenta e três mil, noventa e seis reais e trinta e quatro centavos)**, conforme os preços unitários e totais constantes da planilha orçamentária que integra este edital, disponibilizada aos interessados juntamente com os demais documentos da licitação.

1.5. A presente licitação será realizada com **INVERSÃO DE FASES**, com fulcro ao art. 17, §1º da Lei. 14.133/2021, DEVENDO A HABILITAÇÃO DOS LICITANTES PRECEDER A FASE DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES, EM BUSCA DA MELHOR AQUISIÇÃO DE BENS QUE COMPÕEM O OBJETO DESTE CERTAME.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento vigente, conforme a seguinte dotação orçamentária:

02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.01	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
10.122.0010.2056.0000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**

02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.122.0010.2065.0000	MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE
02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.302.0010.2156.0000	MANUTENÇÃO E FUNC. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante nesta licitação, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7. O impedimento de que trata o item **4.6.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.6.2** e **4.6.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.7. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.8. O disposto nos itens 4.7.2. e 4.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sanciona- das por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.10. A vedação de que trata o item 4.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.11. Para fins de participação nesta contratação, serão aceitas as declarações e propostas de preços que possuírem assinaturas eletrônicas qualificadas (e-cpf do representante legal ou e-cnpj da empresa), conforme previsto no Art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.063 de 23/09/2020.

4.13. A validação da assinatura eletrônica será realizada DE FORMA OBRIGATÓRIA através do Verificador de Conformidade do Padrão de Assinatura Digital da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, disponibilizado gratuitamente pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI no sítio **https://verificador.iti.gov.br**, objetivando aferir a conformidade de assinaturas digitais existentes em um arquivo assinado em relação à regulamentação da ICP-Brasil e com as definições contidas na Medida Provisória no 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, que instituiu a ICP-Brasil.

4.14.1. Caso a licitante apresente documentação nas condições previstas nos subitens 4.14 e 4.14.1 acima, o documento assinado eletronicamente no ato de validação deverá ter o resultado APROVADO, confirmando que assinatura está em conformidade com a regulamentação da ICP-Brasil.

5. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e valor total do item;

5.1.2. marca do produto;

5.1.3. fabricante do produto;

5.1.4. descrição detalhada do objeto, contendo as informações necessárias à verificação do atendimento às especificações do Termo de Referência, vedada a simples expressão "conforme o edital".

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para o respectivo item.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

5.5. A apresentação da proposta implica a obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em conformidade com o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto nos seus exatos termos.

5.6. O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contado da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes deverão respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração, ainda que o orçamento estimado permaneça sob sigilo durante o procedimento.

5.8. O descumprimento das regras relativas à proposta poderá ensejar sua desclassificação, observado o devido processo, a possibilidade de saneamento de falhas formais e a realização de diligência, quando cabíveis.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Em razão da inversão das fases prevista no item 1.5 deste Edital, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, simultaneamente:

6.1.1. a proposta inicial, com o preço e as informações exigidas neste Edital; e

6.1.2. os documentos de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e demais documentos exigidos, ressalvados os documentos relativos à regularidade fiscal, que serão exigidos somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, nos termos do art. 63, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

6.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

6.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos;

6.2.2. a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua apresentação;

6.2.3. cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

6.2.4. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

6.2.5. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observados os incisos III e IV do art. 1º e o inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

6.2.6. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.3. O licitante organizado em cooperativa declarará, ainda, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa declarará, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que está apto a usufruir do tratamento favorecido legalmente previsto, observado o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.4.1. Nos itens exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento do licitante no respectivo item.

6.4.2. Nos itens de ampla participação, a assinalação do campo "não" produzirá apenas o efeito de o licitante não usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

6.5. A falsidade das declarações prestadas sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

6.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

6.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação das propostas e dos documentos de habilitação.

6.8. Os documentos de habilitação permanecerão sigilosos perante os demais licitantes até a conclusão da respectiva fase de análise, momento em que serão disponibilizados para acesso público, observada a operacionalização do sistema eletrônico.

6.9. Os documentos que compõem as propostas serão disponibilizados para acesso público após o encerramento da etapa de lances, ressalvadas as informações protegidas por lei.

6.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar seu valor final mínimo, devendo observar o intervalo mínimo entre os lances definido neste Edital.

6.11. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão promotor da licitação, podendo ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno.

6.12. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante todo o procedimento e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância das mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança de seu acesso.

7. FASE DE HABILITAÇÃO ANTERIOR À APRESENTAÇÃO DE LANCES

7.1. Aberta a sessão pública e em observância à inversão de fases prevista no art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro procederá, antes da fase de apresentação de propostas e lances, à análise dos documentos de habilitação apresentados pelos licitantes, ressalvada a regularidade fiscal, que será verificada no momento estabelecido no item 9.2 deste Edital.

7.2. Como condição prévia à análise da habilitação, será verificado o cumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos apresentados e, entre outros, aos seguintes cadastros:

7.2.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, quando aplicável;

7.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

7.2.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP; e

7.2.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União - TCU.

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, quando juridicamente cabível, de seus administradores ou sócios com poderes de administração, observada a abrangência da sanção identificada.

7.4. Caso a consulta indique ocorrência impeditiva indireta, o Pregoeiro realizará diligência para verificar eventual tentativa de burla, considerando vínculos societários, linhas de fornecimento similares e outros elementos pertinentes.

7.4.1. O licitante será previamente convocado para se manifestar antes de eventual inabilitação decorrente da situação prevista no item anterior.

7.5. Constatada a existência de sanção que alcance o licitante e impeça sua participação ou contratação, ele será inabilitado por ausência de condição de participação.

7.6. A documentação exigida para habilitação jurídica, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o cadastro tenha sido realizado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e contenha informações suficientes e vigentes para comprovar os requisitos exigidos.

7.7. Quando permitida a participação de empresa estrangeira que não funcione no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.7.1. Para assinatura do contrato, os documentos deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados, nos termos do Decreto nº 8.660/2016, ou consularizados, conforme o caso.

7.8. Quando permitida a participação de consórcio, a habilitação técnica, quando exigida, será comprovada pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, e a habilitação econômico-financeira observará o somatório dos valores de cada consorciado, nos termos definidos neste Edital e na legislação aplicável.

7.9. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original, por cópia ou por qualquer meio expressamente admitido pela Administração.

7.9.1. A apresentação de documentos originais não digitais somente será exigida quando houver dúvida fundada quanto à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o determinar.

7.10. A verificação, pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova para fins de habilitação.

7.11. Os documentos de habilitação deverão estar inseridos no sistema no prazo previsto no item 6.1. Eventuais documentos complementares solicitados em diligência serão enviados no prazo mínimo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, mediante solicitação fundamentada apresentada antes do encerramento do prazo e aceita pelo Pregoeiro.

7.12. Após a entrega dos documentos de habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.12.1. complementar informações acerca dos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

7.12.2. atualizar documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas; ou

7.12.3. sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica.

7.13. O saneamento será formalizado mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-se eficácia ao documento para fins de habilitação.

7.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar os requisitos exigidos, seja pela ausência de documento essencial, seja pela apresentação de documento em desacordo insanável com este Edital.

7.15. Encerrada a fase de habilitação, os licitantes habilitados prosseguirão para a fase de apresentação de propostas e lances, ficando vedada a participação na etapa competitiva dos licitantes inabilitados.

7.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

7.17. Havendo necessidade de análise minuciosa dos documentos, a sessão poderá ser suspensa, com divulgação, no sistema, da data e do horário de continuidade.

7.18. Da decisão de habilitação ou inabilitação caberá manifestação de intenção de recurso em momento único, após o encerramento da fase de julgamento, conforme o art. 165, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e as regras deste Edital.

8. ABERTURA DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E JULGAMENTO

8.1. Abertura e classificação inicial

8.1.1. Concluída a fase de habilitação, o sistema disponibilizará as propostas dos licitantes habilitados, cabendo ao Pregoeiro verificar preliminarmente a conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.1.2. Será desclassificada, mediante decisão fundamentada, a proposta que identifique o licitante antes do momento permitido, contenha vício insanável ou não observe as especificações essenciais do objeto.

8.1.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo estas as únicas que participarão da fase de lances.

8.1.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

8.2. Formulação de lances

8.2.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes encaminharão lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados de seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.2.2. O lance será ofertado pelo valor unitário do item.

8.2.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

8.2.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.2.5. O intervalo mínimo de diferença entre os lances será de R$ 0,50 (cinquenta centavos), incidindo tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.2.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, quando se tratar de lance inconsistente ou inexequível.

8.2.7. O procedimento seguirá o modo de disputa aberto e fechado.

8.3. Modo de disputa aberto e fechado

8.3.1. A etapa aberta de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

8.3.2. Encerrado o período inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o qual transcorrerá período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será encerrada automaticamente a recepção de lances.

8.3.3. Encerrado o prazo do item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os autores das ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o término do prazo.

8.3.4. O licitante poderá optar por manter seu último lance da etapa aberta ou apresentar melhor lance final e fechado.

8.3.5. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item 8.3.3, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, até o máximo de 3 (três), apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos.

8.3.6. Após o encerramento dos prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de valores.

8.3.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele recebido e registrado primeiro.

8.3.8. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do respectivo autor.

8.3.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

8.4. Desconexão do sistema

8.4.1. No caso de desconexão do Pregoeiro durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.4.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.5. Critérios de desempate e tratamento favorecido

8.5.1. Encerrada a etapa de lances, será verificada a ocorrência de empate ficto previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, quando aplicável.

8.5.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, situada na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor oferta, será convocada para apresentar proposta de preço inferior no prazo máximo de 5 (cinco) minutos, contado da convocação automática do sistema, sob pena de preclusão.

8.5.3. Não sendo exercido o direito, serão convocadas as demais microempresas e empresas de pequeno porte enquadradas na mesma faixa, na ordem classificatória.

8.5.4. Persistindo empate entre propostas ou lances, serão aplicados, sucessivamente, os critérios previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. Negociação

8.6.1. Encerrada a etapa de lances e após a aplicação dos critérios de desempate, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, com o objetivo de obter condição mais vantajosa, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.6.2. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.6.3. Quando a primeira colocada for desclassificada por permanecer acima do preço máximo ou por outra razão prevista neste Edital, a negociação poderá ser realizada com os licitantes subsequentes, observada a ordem de classificação.

8.6.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e registrado nos autos.

8.6.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que envie, no prazo de 2 (duas) horas, a proposta adequada ao último lance ou ao valor negociado, acompanhada dos documentos complementares necessários à confirmação das informações já apresentadas.

8.6.6. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, de ofício ou mediante solicitação fundamentada do licitante apresentada no chat antes de seu encerramento.

8.7. Aceitação e julgamento da proposta

8.7.1. O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço com o valor máximo admitido pela Administração.

8.7.2. Será desclassificada a proposta que:

8.7.2.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.2.2. não obedecer às especificações técnicas do Termo de Referência;

8.7.2.3. apresentar preço inexequível ou permanecer acima do preço máximo admitido;

8.7.2.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração; ou

8.7.2.5. apresentar desconformidade insanável com outras exigências deste Edital ou de seus anexos.

8.7.3. Para bens em geral, valores inferiores a 30% (trinta por cento) do valor orçado pela Administração constituem indício de inexequibilidade, devendo o Pregoeiro realizar diligência antes de eventual desclassificação.

8.7.4. A inexequibilidade somente será reconhecida quando a diligência demonstrar que o custo do licitante ultrapassa o valor proposto e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar a oferta.

8.7.5. Para análise do atendimento às especificações do objeto, poderá ser solicitada manifestação escrita da área requisitante ou de setor tecnicamente especializado.

8.7.6. Não será exigida amostra física, salvo se a Administração, mediante decisão técnica fundamentada e divulgada a todos os licitantes, demonstrar sua necessidade e estabelecer critérios objetivos, prazo, local e procedimento de avaliação, sem prejuízo da reabertura do prazo quando a medida alterar as condições inicialmente divulgadas.

8.7.7. Se a proposta do primeiro colocado não for aceita, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, respeitada a ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de proposta que atenda ao Edital.

9. DOCUMENTOS E REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos exigidos são os necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, observada a fase procedimental estabelecida no item 7.

9.1.1. Os documentos deverão estar em nome do licitante e com o respectivo número de inscrição no CNPJ, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas para matriz e filial.

9.1.2. Os documentos deverão estar válidos na data de sua exigência. Quando o documento não indicar prazo de validade, será considerado válido se emitido nos 30 (trinta) dias anteriores à data de sua apresentação, desde que a natureza do documento e as normas do órgão emissor admitam essa limitação.

9.1.3. O licitante deverá manter as condições de habilitação durante todo o procedimento e a execução das contratações decorrentes do Contrato.

9.2. Habilitação jurídica

9.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.2.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja autenticidade será verificada no sítio oficial do Governo Federal.

9.2.3. Sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.2.4. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar sua filial, agência, sucursal ou estabelecimento.

9.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente, com averbação no registro onde estiver localizada a sede da matriz.

9.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação, estatuto social e ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivados no registro competente, além do registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971.

9.2.8. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.9. Não será exigida declaração de inexistência de contrato de exclusividade com fornecedores, por não constituir requisito legal de habilitação jurídica nem comprovação necessária à execução do objeto.

9.3. Regularidade fiscal, social e trabalhista

9.3.1. Em qualquer caso, os documentos de regularidade fiscal serão exigidos somente após o julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, conforme o art. 63, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

9.3.2. O licitante mais bem classificado deverá apresentar:

9.3.2.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

9.3.2.2. prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, abrangendo inclusive os créditos tributários relativos à Seguridade Social;

9.3.2.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

9.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos da pessoa jurídica e física perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto- Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.3.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e, quando compatível com a natureza do objeto e a legislação aplicável, municipal, relativo ao domicílio ou à sede do licitante;

9.3.2.6. prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou da sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto; e

9.3.2.7. prova de regularidade perante a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede do licitante, quando pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.

9.3.3. **CERTIDÃO SIMPLIFICADA E ESPECÍFICA EXPEDIDA PELA JUNTA COMERCIAL DO DOMICÍLIO DA SEDE DA LICITANTE,** emitida **até 30 (trinta) dias** de antecedência da data de apresentação, onde em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

9.3.4. Caso o licitante seja considerado isento de tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto, deverá comprovar essa condição mediante documento emitido pela respectiva Fazenda ou por outro meio legalmente admitido.

9.3.5. O Microempreendedor Individual será dispensado das provas de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal quando essa dispensa decorrer da legislação aplicável.

9.3.6. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que contenha alguma restrição.

9.3.7. Havendo restrição na regularidade fiscal ou trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte declarada vencedora, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da declaração do vencedor, prorrogável por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão das certidões correspondentes.

9.3.8. A não regularização no prazo legal implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou a revogação da licitação.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.4.1. Deverão ser apresentados o **Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, acompanhados, obrigatoriamente, dos respectivos Termos de Abertura e Encerramento, devidamente autenticados e registrados na Junta Comercial do Estado da sede da licitante ou, quando aplicável, no Cartório de Registro de Títulos e Documentos. Os referidos documentos deverão estar assinados pelo Contador responsável, em situação regular perante o **Conselho Regional de Contabilidade (CRC)**, com a apresentação obrigatória da certidão de regularidade profissional, bem como pelo Dirigente ou Sócio da empresa. Os demonstrativos contábeis devem estar em estrita conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, **acompanhados, necessariamente, por Notas Explicativas detalhadas, que evidenciem a boa situação financeira da empresa**. Fica expressamente vedada a substituição dos documentos exigidos por balancetes ou balanços provisórios. Caso o Balanço Patrimonial tenha sido encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, será admitida a sua atualização por meio de índices oficiais, devendo tal atualização ser apresentada de forma clara e devidamente documentada;

9.4.1. Os documentos referidos no subitem acima limitar-se-ão ao último exercício social, caso a empresa tenha sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.4.2. As empresas criadas no exercício financeiro do processo de licitação

deverão atender a todas as exigências de habilitação e ficam autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;]

9.4.3. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou do contrato/estatuto social.

9.4.4. Caso o fornecedor seja cooperativa, o balanço e as demais demonstrações contáveis deverão ser acompanhados de cópia do parecer da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.4.5. Além dos documentos acima, deverá ser comprovada a boa situação financeira da empresa, mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

ILG = ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ISG = ATIVO TOTAL / PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ILC = ATIVO CIRCULANTE / PASSIVO CIRCULANTE

9.4.6. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez porcento) do valor total cota- do pela licitante ou do item pertinente.

9.4.7. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

9.4.7.01. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial;

9.4.7.02. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.4.7.03. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006: Por fotocópia (do balanço e demonstrações contábeis) registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente; ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.4.7.04. Sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

9.4.8. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

9.4.9. O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED).

9.4.10. Será aceita também a apresentação de balanços e demais demonstrações contábeis intermediárias, referentes ao exercício em curso, na forma da lei, devidamente assinados pelo representante legal e pelo Contador responsável, e registrados em Junta Comercial.

9.4.11. Os licitantes deverão apresentar **declaração, em modelo próprio da empresa, contendo a discriminação detalhada das alíquotas dos impostos incidentes** sobre a operação,

devidamente assinada pelo contador legalmente habilitado e pelo representante legal da empresa, sob as penas da lei. A ausência desta declaração ou a apresentação de informações inverídicas poderá ensejar a desclassificação do licitante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis;

9.4.12. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar **certidões negativas de falência ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor competente da sede ou domicílio da licitante, dentro do prazo de validade ou, na ausência deste, emitidas há no máximo 30 (trinta) dias da data de apresentação.

9.4.12.01. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.5.1. Os atestados de capacidade técnica deverão ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e assinados por seu representante ou responsável competente, contendo informações suficientes para identificação do emitente e comprovação da execução de objeto pertinente e compatível com o objeto desta licitação, especialmente:

a) razão social do emitente;

b) número de inscrição no CNPJ;

c) nome, cargo ou função e, sempre que possível, dados de contato do responsável pela emissão; e

d) descrição dos bens fornecidos, com informações suficientes para demonstrar a compatibilidade com as características, quantidades e prazos do objeto da licitação.

9.5.2. Não será exigido reconhecimento de firma da assinatura constante do atestado. Em caso de dúvida quanto à autenticidade ou ao conteúdo do documento, o Pregoeiro poderá realizar diligência para confirmação das informações junto à pessoa jurídica emitente, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

9.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES DE HABILITAÇÃO:

9.6.1. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:
a) Estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;
b) Estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

9.6.2. Quando se tratar de certidões vencíveis em que a validade não esteja expressa, serão considerados válidos os documentos expedidos nos últimos 30 (trinta) dias.

9.6.3. A documentação de habilitação, será encaminhada em formato digital, no prazo estabelecido, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

9.6.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

9.6.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste instrumento.

9.6.6. Apresentar fotos da fachada e interior da empresa, acompanhada de Declaração de localização e funcionamento com (Georreferenciadas) que indique todos os dados pertinentes (endereço, cidade, estado, CEP, ponto de referência e telefone). O item é de ordem obrigatória e visa tão somente à comprovação de estrutura mínima, estoque e capacidade técnico-funcional da empresa em cumprir o objeto da presente licitação, impedindo assim empresas "fantasmas" ou qualquer outro tipo;

9.6.7. O Georreferenciamento com fotos podem ser realizados gratuitamente por

aplicativos gratuitos (basta pesquisar em site de pesquisa (georreferenciar fotos). Justifica-se o pedido por oportunidade e conveniência para localizar empresas com facilidade e para localização em caso de diligência, e não ter que se amparar com empresas fantasmas.

9.6.8. Será exigida, no momento da apresentação da proposta, como requisito de pré-habilitação, a comprovação da prestação de garantia de proposta correspondente a **1% (um por cento) do valor estimado do item ou do somatório dos itens para os quais o licitante apresentar proposta**, nos termos do art. 58 da Lei nº 14.133/2021. A garantia poderá ser prestada em qualquer das modalidades previstas no § 1º do art. 96 da referida Lei, à escolha do licitante.

9.6.9. Declaração de Compromisso de Atendimento Imediato e de Localização. A não apresentação da declaração no ato da habilitação implicará a imediata desclassificação do licitante, por inobservância das condições de participação previstas neste Edital.

10. RECURSOS

10.4. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.6. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.6.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.6.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.6.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.6.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais se- rá iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.7. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deve- rá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10.14. Não serão conhecidos recursos interpostos fora do sistema eletrônico ou in- tempestivamente.

11. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.4. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.6. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser enviados exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos pre- vistos no certame.

11.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual 5% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *30 (trinta)* **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o

Av. Presidente Vargas, nº 310 – Centro, CEP: 65.500-000
CNPJ. 06.117.709/0001-58 – cplchapadinha2021@gmail.com

responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações bem como pelas infrações administrativas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão com- posta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.u

13.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Caberá ao interessado acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

14.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

14.4. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

14.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. As normas disciplinadoras deste instrumento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afasta- mento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.11. Fica eleito o foro da Comarca de Chapadinha/MA, para solucionar quaisquer questões oriundas deste procedimento.

14.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônico www.chapadinha.ma.gov.br e-mail: cplchapadinha2021@gmail.com e Sistema do TCE no endereço eletrônico https://apps.tce.ma.gov.br/sinc-

site/contrata, e também poderá ser lido e/ou obtido na Sede da Prefeitura Municipal de CHAPADINHA – MA, sito à Av. Presidente Vargas, nº 310, Centro, CEP: 65.500-000, CHAPADINHA/MA, nos dias úteis, no horário das 8 horas às 12 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos constantes no item 16.1. deste instrumento.

16. ANEXOS

16.1. Fazem parte do presente INSTRUMENTO, os seguintes anexos:

16.1.1. Anexo I – Termo de Referência
16.1.2. Anexo III – Minuta do Contrato.
16.1.3. Anexo IV – Estudo Técnico Preliminar - ETP

CHAPADINHA -MA, em 20 de Outubro de 2026.

LUCIANO DE SOUZA GOMES
Pregoeiro Municipal

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026
TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS

Aquisição de equipamentos de lavanderia hospitalar, compreendendo lavadora horizontal com barreira sanitária, centrífuga e secador industrial de roupas, destinados a atender às necessidades do Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, no Município de Chapadinha/MA. O fornecimento compreende frete, descarga, montagem, instalação, testes de funcionamento, treinamento e garantia, conforme as condições deste Termo de Referência.

Unidade requisitante: Secretaria Municipal de Saúde. Unidade destinatária: HAPA, Chapadinha/MA. Processo Administrativo nº 4828/2026. Natureza: aquisição de bens comuns permanentes, com fornecimento determinado e obrigações acessórias. Julgamento: menor preço por item.

ITEM	EQUIPAMENTO	UND./QTD.	UNITÁRIO (R$)	TOTAL (R$)
1	LAVADORA HORIZONTAL PARA USO HOSPITALAR: Lavadora horizontal hospitalar com capacidade mínima de 50 kg por ciclo, sistema de barreira sanitária, corpo e estruturas em aço tratado ou inox, tambor externo e cesto interno em aço inox AISI 304, portas e travas em aço inox, transmissão por polias/correias, drenagem com válvula adequada, painel e comandos, sensores de segurança NR-12, botão de emergência e demais dispositivos de segurança. Garantia mínima de 12 meses e registro na ANVISA.	Unidade / 1	79.106,67	79.106,67
2	CENTRÍFUGA TRIPÉ. EQUIPAMENTO DESTINADO A CENTRIFUGAÇÃO DE ROUPAS E TECIDOS EM HÓTEIS, MÓTEIS E RESTAURANTES, HOSPITAIS, CAPACIDADE: 50 KG; PRÓPRIO PARA A RETIRADA TOTAL DA ÁGUA PARA QUE A ROUPAS E TECIDOS POSSAM SER ENVIADAS AO SECADOR; CONSTRUÇÃO METÁLICA ROBUSTA, COM BASE E ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, E TRATAMENTO ANTICORROSIVO; CORPO EXTERNO CONSTRUÍDO EM AÇO INOXIDÁVEL; OPÇÃO DE FABRICAÇÃO ATRAVÉS DE SISTEMA TRIPÉ ANTI-VIBRATÓRIO APOIADO EM TRÊS COLUNAS; SISTEMA DE FREIO	Unidade / 1	89.190,00	89.190,00

ITEM	EQUIPAMENTO	UND./QTD.	UNITÁRIO (R$)	TOTAL (R$)
	ATRAVÉS DE PEDAL E LONAS DE FREIO DE AÇÃO RÁPIDA; CESTO EM AÇO INOXIDÁVEL COM FUROS ESTAMPADOS E REPUXADOS; TAMPA CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE IMPEDE O FUNCIONAMENTO COM TAMPA ABERTA; SISTEMA DE INTER-TRAVAMENTO NA TAMPA QUE SÓ PERMITE ABERTURA COM CESTO PARADO; FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO COM RELE TEMPORIZADOR PARA CONTROLE DE TEMPO DO PROCESSO E ALARME SONORO DE TERMINO DE SERVIÇO; OPÇÃO DE ACIONAMENTO ATRAVÉS DE INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM TIMER E CONTROLE DE VELOCIDADE; BOTÃO DE EMERGÊNCIA COM DESLIGAMENTO TOTAL.			
3	SECADOR INDUSTRIAL DE ROUPAS. Equipamento industrial destinado à secagem de roupas, com operação contínua e compatível com a demanda de lavanderia hospitalar. Deve possuir capacidade mínima de 50 kg por ciclo.	Unidade / 1	84.799,67	84.799,67
			TOTAL ESTIMADO	**253.096,34**

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição atende à necessidade de equipar as etapas de lavagem, centrifugação e secagem das roupas utilizadas na assistência hospitalar. O ETP do Processo nº 4828/2026 fundamenta a solução, o parcelamento e as providências necessárias à implantação.

Este TR observa os arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. A preparação e a execução observarão, ainda, as normas sanitárias aplicáveis ao processamento de roupas de serviços de saúde e a segurança de máquinas. A aprovação do TR dependerá da validação técnica e orçamentária e do preenchimento dos dados indicados no item 19.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

3.1. Item 1 – Lavadora horizontal hospitalar: capacidade mínima de 50 kg de roupa seca por ciclo; sistema de barreira sanitária com duas portas, uma voltada à área suja e outra à área limpa; estrutura em aço tratado contra corrosão ou aço inoxidável; tambor externo e cesto interno em aço inox AISI 304; portas e travas em inox; transmissão por polias e correias ou tecnologia equivalente em desempenho e segurança; drenagem

por válvula adequada; painel de comando e controle dos ciclos; sensores, proteções, intertravamentos e parada de emergência compatíveis com a NR-12.

3.2. Item 2 – Centrífuga industrial tipo tripé: capacidade mínima de 50 kg de roupa seca por carga; destinada à extração de água de roupas; base e estrutura em aço carbono com proteção anticorrosiva; corpo externo, cesto perfurado e tampa em aço inoxidável; apoio antivibratório em três colunas; freio de ação rápida acionado por pedal ou solução equivalente de segurança; dispositivo que impeça funcionamento com tampa aberta e abertura enquanto o cesto estiver em movimento; temporizador de processo e aviso sonoro ao término; parada de emergência. Admite-se acionamento por inversor de frequência com controle de velocidade e temporização, desde que cumpridos os requisitos de segurança e desempenho.

3.3. Item 3 – Secador industrial: capacidade mínima de 50 kg de roupa seca por ciclo, próprio para rotina de lavanderia hospitalar; cesto resistente à corrosão; controle de tempo e temperatura; proteção contra superaquecimento; filtro de fiapos acessível para limpeza; porta com intertravamento de segurança e parada de emergência; sistema de circulação e exaustão compatível com o fabricante e a infraestrutura definida pela Administração. A fonte térmica será a fixada no anexo técnico de infraestrutura antes da publicação.

3.4. Requisitos comuns: bens novos e sem uso, em linha de fornecimento, com identificação de marca, modelo, fabricante e número de série; superfícies passíveis de limpeza; proteção de partes móveis e elétricas; manuais de instalação, operação e manutenção em português; acessórios indispensáveis ao funcionamento e fixação; garantia mínima de 12 meses.

3.5. A capacidade nominal será demonstrada por documentação técnica do fabricante e verificada no comissionamento, sem exigir ciclos fora das condições seguras de operação. Não será admitida indicação de marca sem modelo ou descrição genérica que impossibilite verificar a conformidade.

3.6. A regularização na Anvisa será exigida somente quando aplicável ao enquadramento do equipamento. Nessa hipótese, informar e comprovar o registro ou notificação vigente; quando dispensado ou não sujeito, apresentar fundamentação técnica e normativa verificável. A fiscalização poderá consultar bases oficiais e solicitar esclarecimentos.

4. SOLUÇÃO COMPLETA E INFRAESTRUTURA

A solução inclui entrega no HAPA, posicionamento, montagem, nivelamento, fixação usual e conexões finais aos pontos disponibilizados, testes e treinamento. O preço de cada item incluirá todos esses encargos, ferramentas, materiais de conexão usuais, deslocamentos, tributos e garantia.

A Administração disponibilizará os pontos prediais compatíveis com o anexo de infraestrutura. A contratada apresentará o desenho de instalação e requisitos do modelo ofertado em até 10 dias corridos após a ordem de fornecimento. A fiscalização verificará sua conformidade com as condições já publicadas; não será admitida alteração unilateral de modelo ou transferência de custos inerentes ao fornecimento.

A lavadora será instalada na barreira física entre áreas suja e limpa. Os demais equipamentos respeitarão o fluxo sanitário, ventilação, acessos de manutenção e orientações do fabricante. Obras e ampliação das redes prediais, quando necessárias, deverão ser providenciadas previamente pela Administração.

O treinamento presencial abrangerá operação segura, ciclos, limpeza, filtros, paradas de emergência, cuidados preventivos e abertura de chamados. Deverá incluir demonstração prática por equipamento e registro de participantes, conteúdo e duração, suficiente para a equipe indicada operar com segurança.

5. REQUISITOS DE FORNECIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Não será exigida visita técnica obrigatória. A Administração permitirá visita facultativa agendada em condições iguais aos interessados e disponibilizará os parâmetros de infraestrutura necessários à elaboração das propostas.

A contratada apresentará documentação de segurança pertinente e comprovará atendimento às normas compulsórias aplicáveis ao modelo. Certificações específicas somente serão exigidas quando houver obrigação normativa correspondente, admitida a comprovação adequada ao produto.

Os equipamentos deverão permitir limpeza e manutenção seguras. A contratada removerá resíduos de instalação e embalagens, destinando-os adequadamente. Fornecerá orientações de consumo de água, energia, aquecimento e cuidados de conservação. A Administração manterá controle do consumo e dos efluentes.

Não será permitida subcontratação integral do fornecimento. Instalação e assistência poderão ser executadas por técnicos ou rede autorizada, sob responsabilidade integral da contratada, respeitados os requisitos de habilitação e do contrato.

6. PRAZO, LOCAL E MODELO DE EXECUÇÃO

Prazo de entrega: até 60 dias corridos contados do recebimento da ordem de fornecimento. Instalação, testes e treinamento: até 15 dias corridos após a entrega, observada a disponibilização da infraestrutura pela Administração. Todos os itens devem estar aptos ao recebimento definitivo dentro do cronograma contratual.

Local: Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, Chapadinha/MA. Endereço completo, contato e horário de recebimento constarão do item 19 e da ordem de fornecimento, sem alteração das condições de logística informadas no edital.

A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 3 dias úteis. Transportes, seguro, descarga e movimentação até o local de instalação serão de responsabilidade da contratada.

A contratada comunicará imediatamente qualquer impedimento e apresentará justificativa e plano de solução. A alteração de prazo dependerá de decisão formal e motivada. Não será instalada máquina em condições inseguras ou infraestrutura incompatível.

A vigência contratual será de 6 meses, contados da assinatura, com eficácia condicionada à divulgação exigida em lei. A garantia técnica subsistirá pelo prazo próprio, independentemente do término da vigência. Eventual extensão observará a disciplina legal dos contratos de escopo, sem afastar apuração de atraso imputável à contratada.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Recebimento provisório: pelo responsável pelo acompanhamento, em até 5 dias úteis da entrega física, para conferência de volumes, integridade, identificação e documentos, sem aceitação definitiva do objeto.

Recebimento definitivo: por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado, em até 10 dias úteis após instalação, testes e treinamento concluídos, desde que atendidos todos os requisitos.

Serão conferidos quantidade, marca/modelo, capacidade nominal documentada, materiais especificados, acessórios, manuais e garantia. Os testes abrangerão funcionamento em ciclo compatível com o equipamento, ausência de vazamentos anormais, comandos, proteções, intertravamentos e parada de emergência. Na lavadora, conferir-se-ão a instalação da barreira e o acesso separado de carga e descarga.

A fiscalização registrará resultados, números de série, ocorrências e conclusão. O teste ocorrerá com a presença de representante técnico da contratada e apoio dos servidores do hospital, observadas as condições do fabricante.

Bens ou serviços acessórios desconformes serão rejeitados, total ou parcialmente, com notificação para correção ou substituição em até 15 dias corridos, sem ônus adicional, sujeito a prazo técnico diferente expressamente justificado e aceito. O pagamento ficará restrito aos itens efetivamente aceitos.

Os recebimentos não excluem a responsabilidade por vícios, segurança e qualidade, nem as obrigações da garantia.

8. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Garantia mínima de 12 meses contados do recebimento definitivo de cada equipamento, prevalecendo prazo maior oferecido pelo fabricante ou fornecedor. Abrangerá peças, mão de obra, deslocamento, transporte e reinstalação necessários à solução de defeitos de fabricação, montagem ou instalação de responsabilidade da contratada.

A contratada disponibilizará canal de atendimento, com número de protocolo. Deverá acusar recebimento do chamado em até 2 dias úteis e iniciar atendimento técnico, presencial quando necessário, em até 5 dias úteis. A solução ocorrerá em até 15 dias corridos do chamado, admitida extensão expressamente justificada e aceita pela Administração.

O suporte remoto somente será suficiente quando resolver a ocorrência com segurança. A falta de estabelecimento local não impedirá a participação, permanecendo obrigatórios os prazos de atendimento.

A manutenção preventiva exigida pelo fabricante durante a garantia será orientada em plano escrito. As ações técnicas indispensáveis à preservação da garantia, além dos cuidados rotineiros ensinados aos operadores, integrarão o preço. Eventual exclusão por mau uso dependerá de demonstração técnica, assegurada análise da Administração.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Administração designará gestor e fiscais antes do início da execução. O gestor controlará prazos, comunicações, pagamentos, alterações e providências de responsabilização. O fiscal técnico acompanhará entrega, instalação, testes e garantia, com apoio do HAPA e dos profissionais competentes.

O fiscal registrará ocorrências, expedirá notificações e comunicará ao gestor situações fora de sua competência. A contratada indicará preposto e contatos operacionais. O acompanhamento não reduz a responsabilidade da contratada por danos, defeitos ou execução inadequada.

A aferição do objeto será feita por equipamento entregue, instalado, testado e aceito. Não haverá pagamento por simples expedição, transporte ou instalação incompleta.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Fornecer os bens e executar as obrigações acessórias conforme proposta e contrato; manter as condições de habilitação; assumir encargos comerciais, fiscais, trabalhistas e de transporte; apresentar documentos técnicos; corrigir defeitos; cumprir normas de segurança e preservar o ambiente hospitalar.

Responder pelos danos diretamente causados à Administração ou a terceiros em razão da execução; manter o local organizado; utilizar pessoal capacitado; informar riscos e incompatibilidades; cumprir os prazos de

garantia e permitir a fiscalização. Não substituir marca/modelo sem análise técnica e autorização formal, respeitadas a proposta vencedora e as condições legais.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Emitir ordem de fornecimento; disponibilizar infraestrutura e acesso; indicar operadores para treinamento; designar fiscalização; conferir e receber o objeto; comunicar defeitos e ocorrências; decidir requerimentos; e pagar os valores efetivamente devidos.

Providenciar previamente adequações prediais e condições sanitárias; assegurar o uso conforme os manuais; manter registros de operação e manutenção; e formalizar medidas corretivas ou sancionatórias com contraditório e ampla defesa.

12. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

A contratada apresentará nota fiscal após o recebimento definitivo do item, com identificação do processo, contrato, equipamento e dados bancários de sua titularidade. A fiscalização atestará a execução e encaminhará os documentos para liquidação.

A liquidação será concluída em até 10 dias úteis da apresentação regular dos documentos. O pagamento ocorrerá em até 30 dias corridos após a liquidação, observada a ordem cronológica e as retenções legais. Erros documentais serão comunicados para correção, com suspensão do prazo relativo à pendência.

Não haverá antecipação. Havendo controvérsia sobre parte do objeto, a parcela incontroversa será processada nos termos legais. A verificação de regularidade fiscal não autoriza retenção automática de pagamento por objeto já aceito, sem fundamento legal.

Em atraso de pagamento imputável à Administração, os valores serão atualizados pelo IPCA, proporcionalmente ao período entre o vencimento e o efetivo pagamento, sem duplicidade de atualização.

13. SELEÇÃO DO FORNECEDOR E PROPOSTA

A seleção ocorrerá por pregão eletrônico, critério menor preço por item. A adjudicação será individual, sem obrigação de vencer o conjunto. Os preços máximos unitários serão os da tabela deste TR, após consolidação da pesquisa e aprovação pela autoridade competente.

A proposta deverá conter marca, modelo, fabricante, preço unitário e total, descrição técnica, prazo de entrega e garantia. Catálogo, ficha técnica ou manual deverão permitir verificar capacidade, materiais, segurança e requisitos de instalação. O preço contemplará integralmente as obrigações do item.

A avaliação documental será realizada sobre a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, admitidos esclarecimentos e diligências nos limites legais, sem permitir modificação substancial da oferta. Não será exigida amostra física antecipada dos equipamentos.

Aplicar-se-ão os benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, observados os limites e condições legais. O item 1, estimado em R$ 79.106,67, deverá ser destinado à participação exclusiva de ME/EPP, salvo exceção legal concretamente demonstrada. Os itens 2 e 3 terão ampla participação; cada equipamento constitui unidade indivisível, inviabilizando cota física de 25%.

14. HABILITAÇÃO

Serão exigidas habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista e comprovação econômico-financeira nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, em extensão proporcional à contratação e conforme o edital.

Para a qualificação técnica, admite-se atestado de fornecimento satisfatório de equipamentos industriais de lavanderia ou de complexidade operacional equivalente, sem exigir marca idêntica, fornecimento ao setor público ou execução em local específico. Não se exige quantitativo mínimo de equipamentos superior ao objeto unitário de cada item.

Não será exigida inscrição em conselho profissional pelo simples comércio dos bens. Para atividades de instalação legalmente sujeitas a responsabilidade técnica, o profissional habilitado e o respectivo registro de responsabilidade serão comprovados antes de sua execução, conforme as atribuições efetivamente necessárias.

Licença sanitária e autorização de funcionamento somente serão exigidas quando legalmente pertinentes à atividade e ao enquadramento do fornecedor/produto. Não se imporá autorização de fabricante como condição geral de habilitação.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da dotação própria da Saúde, com classificação a ser certificada pelo setor contábil antes da contratação.

02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.01	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
10.122.0010.2056.0000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.122.0010.2065.0000	MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE
02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.302.0010.2156.0000	MANUTENÇÃO E FUNC. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

16. REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços serão fixos no interregno mínimo de um ano contado da data do orçamento estimado, a ser expressamente identificada no edital e no contrato. Após a anualidade, eventual saldo sujeito a reajuste será atualizado pelo IPCA, observada sua aplicação temporal e as condições legais.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento fundamentado, comprovação dos pressupostos legais e análise da Administração, sem confusão com o reajuste ordinário.

17. INFRAÇÕES, SANÇÕES E ALTERAÇÕES

O inadimplemento sujeitará a contratada às sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, mediante processo regular. A multa moratória será de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da obrigação em atraso, limitada a 10%.

A inexecução total ou parcial poderá acarretar multa compensatória de 10% sobre o valor da parcela não executada, sem dupla incidência de multas pelo mesmo fato, além das demais consequências legais cabíveis. A autoridade avaliará gravidade, dano, circunstâncias e proporcionalidade.

A alteração ou extinção contratual observará a Lei nº 14.133/2021 e o instrumento contratual. Não se exigirá garantia de execução contratual nesta aquisição, sem prejuízo da garantia técnica dos bens e das responsabilidades legais.

- Termo de Referência aprovado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº031/2026

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, Estado do Maranhão, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à _____, CNPJ nº _____, neste ato representado por [nome e cargo da autoridade competente], CPF nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada à _____, representada por _____, CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 031/2026, Processo Administrativo nº 4828/2026, regido pela Lei nº 14.133/2021 e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E VINCULAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de lavanderia hospitalar, compreendendo lavadora horizontal com barreira sanitária, centrífuga e secador industrial de roupas, destinados a atender às necessidades do Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, no Município de Chapadinha/MA. O fornecimento abrange transporte, descarga, movimentação, montagem, instalação, testes de funcionamento, treinamento e garantia dos equipamentos efetivamente adjudicados à CONTRATADA e relacionados neste instrumento.

1.2. Integram este contrato, independentemente de transcrição, o edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência e seu anexo de infraestrutura, a proposta adjudicada e os documentos que formalizam a contratação.

1.3. Os itens e preços contratados serão os da proposta vencedora. A tabela seguinte será preenchida antes da assinatura, exclusivamente com os itens adjudicados à CONTRATADA, com identificação de marca e modelo e seus preços finais.

1.4. Divergências entre os instrumentos serão submetidas à autoridade competente para decisão fundamentada, preservadas as condições da licitação, a proposta vencedora e os limites legais de alteração. Eventual erro na tabela deverá ser corrigido formalmente antes da assinatura.

1.5. A substituição de marca, modelo, capacidade ou especificações ofertadas dependerá de justificativa, análise técnica e autorização formal, sem redução de qualidade, prejuízo à competição ou aumento de preço decorrente de conveniência da CONTRATADA.

Item	Descrição	Marca/modelo	Und.	Qtd.	Unit. R$	Total R$
1	Lavadora horizontal hospitalar com barreira sanitária, capacidade mínima de 50 kg/ciclo		Un.	1		
2	Centrífuga industrial tipo tripé, capacidade mínima de 50 kg		Un.	1		
3	Secador industrial de roupas, capacidade mínima de 50 kg/ciclo		Un.	1		

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA E ESCOPO DO FORNECIMENTO

2.1. O fornecimento tem quantitativos determinados e será executado mediante ordem de fornecimento para os equipamentos contratados, com entrega e instalação no HAPA. A ordem comunicará o início da execução e os dados operacionais, sem alterar os quantitativos e condições pactuados.

2.2. A CONTRATADA deverá executar integralmente os itens contratados. Qualquer supressão, alteração ou extinção dependerá dos procedimentos e pressupostos legais, sem faculdade de simplesmente deixar de requisitar as quantidades assumidas. 27

2.3. Estão incluídos no fornecimento frete, seguro, carga, descarga, movimentação até a lavanderia, montagem, nivelamento, fixação usual, conexões finais aos pontos disponibilizados, materiais acessórios indispensáveis, testes, treinamento, manuais e assistência na garantia.

2.4. A infraestrutura predial será disponibilizada pelo CONTRATANTE conforme os parâmetros publicados no anexo técnico do edital. A CONTRATADA deverá conferir a compatibilidade do equipamento ofertado com esses parâmetros e informar, por escrito, impedimentos à instalação segura.

2.5. Em até 10 dias corridos do recebimento da ordem, a CONTRATADA apresentará os requisitos e desenhos de instalação do modelo contratado, compatíveis com o anexo técnico. Obras de ampliação, reforço estrutural e implantação de redes prediais, se necessárias, serão providenciadas previamente pelo CONTRATANTE. Não haverá transferência de custos de montagem e conexão final inerentes ao fornecimento.

2.6. As comunicações serão feitas pelos canais oficiais informados pelas partes, com comprovação de recebimento. A falta de confirmação voluntária não afastará os efeitos de notificação cuja ciência esteja comprovada.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total deste contrato é de R$ _____(_____), correspondente à soma dos quantitativos e preços finais dos itens constantes da cláusula primeira.

3.2. Os preços compreendem todos os tributos, encargos, despesas de pessoal, transporte, seguro, instalação, testes, treinamento, materiais e obrigações da garantia necessários ao cumprimento integral do objeto.

3.3. O faturamento observará os preços unitários contratados e os equipamentos efetivamente recebidos e aceitos, sem prejuízo de reajuste ou revisão legalmente admitidos.

CLÁUSULA QUARTA – ENTREGA, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO

4.1. Os equipamentos serão entregues em até 60 dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento. A instalação, os testes e o treinamento serão concluídos em até 15 dias corridos após a entrega, observada a disponibilização da infraestrutura pelo CONTRATANTE.

4.2. O local de entrega e instalação será o Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, à _____, Chapadinha/MA. A entrega será agendada com antecedência mínima de 3 dias úteis, pelo contato [PREENCHER], no horário 08:00 às 18:00h.

4.3. Os equipamentos serão novos, sem uso, acondicionados e transportados de modo a preservar sua integridade, com marca, modelo, fabricante e número de série identificados. Serão entregues os manuais em português, termo de garantia, relação de acessórios e documentação técnica exigida no Termo de Referência.

4.4. A instalação respeitará o fluxo sanitário da lavanderia, a separação entre áreas suja e limpa, a infraestrutura prevista e os procedimentos de segurança. A lavadora com barreira deverá manter acessos distintos para carga na área suja e descarga na área limpa.

4.5. O treinamento presencial compreenderá operação segura, ciclos, limpeza, cuidados preventivos, filtros, paradas de emergência e abertura de chamados, com demonstração prática e registro dos participantes, conteúdo e duração.

4.6. Impedimentos serão imediatamente comunicados com comprovação e proposta de solução. A adequação do cronograma dependerá de registro e decisão cabíveis, observadas as hipóteses de extensão legal. Não serão executadas conexões ou testes em condições inseguras.

4.7. A descarga ou o uso assistido durante testes não caracteriza recebimento definitivo.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO E CORREÇÃO DE DESCONFORMIDADES

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento, de forma sumária, por ocasião da entrega, para conferência inicial e posterior verificação de conformidade. O registro dessa conferência inicial será concluído em até 5 dias úteis da entrega física.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado emitido por servidor ou comissão designada, em até 10 dias úteis após a conclusão da instalação, dos testes e do treinamento, desde que atendidas todas as exigências contratuais.

5.3. A verificação compreenderá quantidade, integridade, marca e modelo, capacidade nominal, materiais, acessórios, manuais, garantia e documentação pertinente. Os testes abrangerão ciclo de funcionamento compatível com o equipamento, comandos, drenagem quando aplicável, proteções, intertravamentos e parada de emergência, observadas as condições de segurança do fabricante.

5.4. A fiscalização registrará os resultados, os números de série e as ocorrências. Na lavadora, verificará também a instalação na barreira física e os acessos separados de carga e descarga.

5.5. Equipamentos ou obrigações acessórias desconformes serão recusados, total ou parcialmente. A CONTRATADA deverá corrigir ou substituir o objeto em até 15 dias corridos da notificação, às suas expensas, admitido prazo técnico distinto expressamente justificado e aceito, sem afastamento das consequências por atraso imputável à CONTRATADA.

5.6. Após o saneamento, a Administração verificará novamente o item e concluirá o recebimento no prazo do subitem 5.2. A aceitação de item regular não impede recusa de outro, e a parcela incontroversa será processada separadamente quando possível.

5.7. Os recebimentos não afastam a responsabilidade por vícios, defeitos, segurança, qualidade ou obrigações de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O CONTRATANTE designará gestor e fiscais por ato próprio, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. O gestor acompanhará prazos, comunicações, pagamentos, alterações e medidas de responsabilização.

6.2. O fiscal acompanhará entrega, montagem, instalação, testes, treinamento e garantia, registrará ocorrências e determinará as correções de sua competência, encaminhando ao gestor as situações que exijam decisão superior.

6.3. A avaliação da execução será feita por equipamento entregue, instalado, testado e aceito, com suas obrigações acessórias cumpridas. A fiscalização terá apoio técnico do HAPA e dos profissionais competentes.

6.4. A CONTRATADA indicará preposto e contatos aptos a receber comunicações e resolver ocorrências. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução ou pelos danos diretamente causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Compete à CONTRATADA fornecer os equipamentos nas quantidades e especificações contratadas, executar instalação, testes e treinamento, entregar a documentação técnica e cumprir integralmente prazos e condições de garantia.

7.2. A CONTRATADA manterá, durante toda a execução, as condições exigidas para habilitação; responderá por seus empregados, técnicos, transportadores e prepostos, encargos trabalhistas, fiscais e comerciais; e reparará os danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução.

7.3. Deverá utilizar pessoal capacitado, cumprir as normas de segurança aplicáveis, inclusive NR-12 e NR-10 nas atividades pertinentes, e apresentar profissional habilitado e responsabilidade técnica para as atividades que legalmente os exijam, antes de sua execução.

7.4. A regularização sanitária dos equipamentos será comprovada quando exigível ao enquadramento do produto. Nos casos de dispensa ou não sujeição, será apresentada fundamentação técnica e normativa verificável, conforme o Termo de Referência.

7.5. Deverá manter o ambiente organizado, recolher resíduos e embalagens de sua instalação e dar destinação ambientalmente adequada, observadas as obrigações legais de logística reversa aplicáveis.

7.6. Cumprirá as reservas legais de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, bem como as demais reservas previstas em normas específicas, comprovando seu cumprimento quando solicitado.

7.7. Comunicará imediatamente fatos que prejudiquem o cumprimento do objeto e fornecerá esclarecimentos sobre procedência, características, segurança, instalação e manutenção dos equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Compete ao CONTRATANTE emitir a ordem de fornecimento; disponibilizar acesso e infraestrutura compatível com o anexo técnico; designar gestor, fiscais e operadores para treinamento; fiscalizar; receber ou recusar fundamentadamente o objeto; e pagar os valores devidos.

8.2. O CONTRATANTE providenciará previamente as adequações prediais sob sua responsabilidade, manterá as condições sanitárias da lavanderia e utilizará os equipamentos de acordo com os manuais, preservando registros de operação e manutenção.

8.3. Comunicará tempestivamente desconformidades e defeitos, disponibilizará informações para o saneamento e decidirá requerimentos relacionados à execução, ressalvados os manifestamente impertinentes, protelatórios ou sem interesse contratual.

8.4. Salvo prazo específico, os requerimentos serão decididos em até um mês após a conclusão da instrução, admitida prorrogação motivada por igual período, conforme o art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A nota fiscal será apresentada após o recebimento definitivo de cada item, com identificação do contrato, do processo e da ordem de fornecimento, descrição do equipamento e dados bancários de titularidade da CONTRATADA.

9.2. A liquidação será concluída em até 10 dias úteis após a apresentação regular dos documentos e comprovação do recebimento definitivo. O pagamento será feito em até 30 dias corridos após a liquidação, observada a ordem cronológica e efetuadas as retenções legais.

9.3. Erros documentais ou pendências impeditivas serão comunicados à CONTRATADA, com suspensão do prazo relativo à pendência até seu saneamento. A parte incontroversa será processada nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Não haverá pagamento antecipado. A expedição, o descarregamento ou a instalação incompleta não autorizam pagamento do equipamento.

9.5. Irregularidade fiscal superveniente será tratada mediante providências legais, sem retenção automática de pagamento por objeto regularmente recebido e liquidado por esse motivo isolado.

9.6. Em atraso de pagamento imputável ao CONTRATANTE, incidirá atualização monetária pelo IPCA/IBGE entre o dia seguinte ao vencimento e o efetivo pagamento, proporcionalmente ao período e sem duplicidade de atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Os preços serão fixos no interregno de um ano contado da data-base do orçamento estimado de [dia/mês/ano], indicada no edital. Após a anualidade, o saldo sujeito a reajuste será atualizado pelo IPCA/IBGE, observada a incidência temporal sobre as obrigações contratuais e a responsabilidade por eventual atraso.

10.2. Reajustes subsequentes observarão o intervalo mínimo de um ano contado dos efeitos financeiros do anterior. Se houver extinção do índice, será adotado seu substituto legal ou, na ausência, índice formalmente pactuado. O reajuste será registrado pelo instrumento legalmente cabível.

10.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá demonstrar os pressupostos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021, com prova do fato, nexo causal e repercussão efetiva sobre os custos. Será decidido em até 30 dias corridos após a instrução completa, admitida prorrogação motivada por igual período.

10.4. O pedido não suspende automaticamente a execução. A alteração dependerá de decisão fundamentada e formalização cabível, observada a repartição legal e contratual de riscos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

11.1. A vigência será de 6 meses contados da assinatura, com eficácia condicionada à divulgação no PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021. A ordem de fornecimento será emitida após a eficácia do contrato.

11.2. Tratando-se de escopo predefinido, a vigência será automaticamente prorrogada quando o objeto não estiver concluído no período firmado, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, com registro nos autos e adequação do cronograma.

11.3. Se a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA, será ela constituída em mora, sujeita às sanções cabíveis, podendo o CONTRATANTE optar pela extinção e adotar as medidas legais para continuidade da execução.

11.4. O término da vigência não extingue as obrigações de garantia e assistência pelo prazo próprio, a responsabilidade por vícios, pagamentos pendentes ou a apuração de infrações ocorridas na execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão à conta dos créditos consignados no orçamento vigente, conforme a seguinte classificação:

02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.01	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
10.122.0010.2056.0000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.122.0010.2065.0000	MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE
02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.302.0010.2156.0000	MANUTENÇÃO E FUNC. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

12.2. Havendo execução em exercício subsequente, a dotação correspondente será indicada após a aprovação do orçamento e liberação dos créditos, por apostilamento, observadas as exigências legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. Não será exigida garantia de execução contratual. A garantia técnica dos equipamentos será de, no mínimo, 12 meses a contar do recebimento definitivo de cada item, prevalecendo prazo maior oferecido na proposta ou pelo fabricante.

13.2. A garantia cobrirá defeitos de fabricação, montagem e instalação de responsabilidade da CONTRATADA e incluirá peças, mão de obra, deslocamentos, transporte, retirada e reinstalação necessários à solução, sem ônus adicional.

13.3. A CONTRATADA fornecerá canal de atendimento e protocolo de chamados, acusando recebimento em até 2 dias úteis, iniciando atendimento técnico, presencial quando necessário, em até 5 dias úteis e solucionando a ocorrência em até 15 dias corridos do chamado. Prazo adicional dependerá de justificativa técnica e aceitação expressa do CONTRATANTE.

13.4. O suporte remoto somente será suficiente se solucionar a ocorrência de forma segura. A obrigação de atendimento independe da existência de estabelecimento da CONTRATADA no Município.

13.5. Será fornecido plano escrito de manutenção preventiva. As intervenções técnicas indispensáveis à preservação da garantia, além dos cuidados rotineiros ensinados aos operadores, estarão incluídas no preço, conforme o Termo de Referência.

13.6. Alegação de mau uso como causa de exclusão da cobertura dependerá de comprovação técnica, sujeita à análise do CONTRATANTE. O fim da vigência contratual não reduz o prazo de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. As alterações observarão os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021. Nas alterações unilaterais legalmente admitidas, a CONTRATADA aceitará acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado, respeitada a natureza indivisível de cada equipamento e a vedação à transfiguração do objeto.

14.2. Alterações serão justificadas e formalizadas pelo instrumento adequado. Registros que não caracterizem alteração contratual poderão ser realizados por apostila, na forma do art. 136. Não serão exigidas prestações adicionais sem a correspondente formalização, ressalvadas as hipóteses legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES

15.1. Constituem infrações as condutas do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, inclusive inexecução parcial ou total, atraso injustificado, falsidade documental e fraude na execução.

15.2. Poderão ser aplicadas advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos limites, competências e hipóteses legais, assegurados contraditório, ampla defesa e recursos cabíveis.

15.3. A multa moratória será de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da obrigação em atraso, limitada a 10% dessa base. O atraso poderá abranger entrega, instalação, testes, treinamento ou correção, conforme a obrigação efetivamente inadimplida.

15.4. A multa compensatória por inexecução total ou parcial será de 10% sobre o valor da parcela não executada. Na aplicação das multas serão respeitados o piso e o teto do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, de 0,5% e 30% do valor do contrato, bem como a proporcionalidade e a vedação à dupla punição pelo mesmo fato.

15.5. A multa moratória poderá ser convertida em compensatória na forma legal, com abatimento de valores correspondentes ao mesmo fato, sem duplicidade. A aplicação de sanção não afasta o dever de reparação integral do dano.

15.6. A decisão considerará natureza e gravidade da conduta, peculiaridades do caso, agravantes e atenuantes, danos e demais critérios legais. Multas e indenizações exigíveis poderão ser compensadas com créditos ou cobradas pelos meios legais, após o devido procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXTINÇÃO

16.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, com motivação formal, contraditório e ampla defesa quando cabíveis.

16.2. A extinção será precedida da apuração dos equipamentos e obrigações acessórias efetivamente executados e aceitos, dos pagamentos devidos, das penalidades e indenizações, preservados os direitos legais das partes.

16.3. O CONTRATANTE poderá adotar as medidas legalmente admitidas para a continuidade da execução e proteção do patrimônio. Permanecerão exigíveis a garantia e as responsabilidades pelos bens já recebidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será permitida a subcontratação integral do objeto ou transferência da posição contratual. A instalação e a assistência poderão ser executadas por técnicos ou rede autorizada sob responsabilidade integral da CONTRATADA, com comprovação de capacidade e prévia autorização do CONTRATANTE para a subcontratação dessas atividades.

17.2. A utilização de transportadora para a logística de entrega não transfere a posição contratual nem afasta a responsabilidade da CONTRATADA. A atuação de terceiros observará os limites e impedimentos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE E COMUNICAÇÕES

18.1. O CONTRATANTE divulgará o contrato e os aditamentos no PNCP no prazo de 20 dias úteis da assinatura, conforme o art. 94, I, da Lei nº 14.133/2021, e nos demais meios legalmente exigidos.

18.2. As comunicações, ordens e notificações serão documentadas nos autos, pelos canais oficiais indicados pelas partes, com comprovação de recebimento. A CONTRATADA manterá seus contatos atualizados.

18.3. As partes tratarão dados pessoais necessários à execução e à publicidade contratual conforme a Lei nº 13.709/2018, limitando a divulgação de dados pessoais ao necessário ao atendimento das obrigações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

19.1. Aplicam-se a Lei nº 14.133/2021, os regulamentos municipais pertinentes e as demais normas incidentes, com aplicação supletiva dos princípios gerais dos contratos e das disposições de direito privado, nos termos do art. 89.

19.2. Fica eleito o foro da Comarca de Chapadinha/MA para dirimir as questões decorrentes deste contrato, ressalvadas as competências legalmente estabelecidas.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento para que produza seus efeitos legais.

CHAPADINHA - MA, em _____ de _____ de 2026.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

CONTRATANTE

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)
CONTRATADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – ART. 18, § 1º, I

Aquisição de equipamentos de lavanderia hospitalar, compreendendo lavadora horizontal com barreira sanitária, centrífuga e secador industrial de roupas, destinados a atender às necessidades do Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, no Município de Chapadinha/MA.

O processamento das roupas utilizadas na assistência hospitalar integra o apoio necessário à continuidade do atendimento. A necessidade consiste em disponibilizar equipamentos para lavagem, extração de água e secagem, preservando a separação entre os fluxos de roupa suja e limpa e a segurança dos operadores.

A aquisição busca estruturar essas três etapas na lavanderia do HAPA. Não se presume a existência de avaria, obsolescência ou insuficiência de equipamentos atuais: o setor requisitante deverá juntar diagnóstico do parque existente, com indicação da destinação dos novos bens e da necessidade de substituição ou ampliação.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO – ART. 18, § 1º, II

A demanda vincula-se ao funcionamento da rede municipal de saúde e ao atendimento hospitalar. A unidade responsável deverá registrar a compatibilidade com o Plano de Contratações Anual, se elaborado, e com o planejamento e a programação orçamentária da Saúde.

Registro no PCA, quando existente: [INFORMAR identificação do item ou providenciar inclusão/adequação justificada]. A autorização da contratação dependerá da confirmação dos recursos orçamentários.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – ART. 18, § 1º, III

Equipamentos novos, sem uso, próprios para lavanderia hospitalar e com capacidade nominal mínima de 50 kg de roupa seca por ciclo/carga, conforme declaração técnica do fabricante. A lavadora deverá possuir barreira sanitária com acesso de carga pela área suja e descarga pela área limpa.

Deverão ser observados os requisitos aplicáveis de segurança de máquinas, proteção elétrica e operação, inclusive NR-12 e NR-10 nas atividades pertinentes. A regularização sanitária será comprovada quando o produto estiver sujeito a esse regime; nos demais casos, será demonstrado o enquadramento de dispensa ou não sujeição.

A solução deverá compreender frete, descarga, posicionamento, montagem, instalação nos pontos disponibilizados, testes, treinamento de operação e manutenção básica, manuais em português e garantia mínima de 12 meses após o recebimento definitivo.

Antes da publicação, o setor técnico deverá definir tensão, número de fases, frequência, potência disponível, fonte de aquecimento, exaustão, drenagem, dimensões máximas, acessos e capacidade do piso. Esses parâmetros constituirão anexo de infraestrutura comum a todos os licitantes.

4. ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS – ART. 18, § 1º, IV

O mapa de apuração estabelece uma unidade de cada equipamento. A memória quantitativa corresponde a uma linha de processamento composta por três etapas: lavagem, centrifugação e secagem, cada qual atendida pelo equipamento específico de capacidade nominal de 50 kg.

Item	Equipamento	Und./Qtd.	Unitário (R$)	Total (R$)
1	Lavadora horizontal hospitalar com barreira sanitária, capacidade mínima de 50 kg/ciclo	Unidade / 1	79.106,67	79.106,67
2	Centrífuga industrial tipo tripé, capacidade mínima de 50 kg	Unidade / 1	89.190,00	89.190,00
3	Secador industrial de roupas, capacidade mínima de 50 kg/ciclo	Unidade / 1	84.799,67	84.799,67
	TOTAL ESTIMADO			253.096,34

A equivalência nominal de capacidade não comprova, isoladamente, equilíbrio de produtividade: a duração dos ciclos varia entre as etapas. Antes da aprovação, o HAPA deverá juntar a massa média e de pico de roupa processada em kg/dia, turnos e horas disponíveis, duração estimada dos ciclos e capacidade dos equipamentos existentes. A capacidade diária útil será confrontada com a demanda, considerando carga por ciclo × ciclos por hora × horas de operação × disponibilidade operacional, com identificação de eventual gargalo. Não foram atribuídos valores fictícios a esses indicadores.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ART. 18, § 1º, V

Foram consideradas, em análise preliminar de alternativas, a compra dos equipamentos, a locação com manutenção e a terceirização do processamento de roupas. O mapa apresentado contém valores de aquisição, sem cotações comparáveis de locação ou terceirização.

Compra: incorpora os bens ao patrimônio e permite o processamento no próprio hospital, mas exige infraestrutura, operadores, insumos e manutenção. Locação: pode concentrar manutenção no fornecedor, com despesas recorrentes e dependência da disponibilidade local de equipamentos. Terceirização: transfere a execução do processamento, demandando logística sanitária e contrato contínuo, sem dispensar a responsabilidade sanitária do hospital.

Para a demanda de equipar a lavanderia própria, recomenda-se preliminarmente a aquisição. Essa escolha deverá ser confirmada pelo setor requisitante, mediante demonstração das condições de funcionamento e exame do custo do ciclo de vida. Não se afirma superioridade econômica quantificada sobre alternativas sem pesquisa equivalente.

6. ESTIMATIVA DO VALOR – ART. 18, § 1º, VI

O valor estimado é de R$ 253.096,34, pela soma das médias unitárias arredondadas a duas casas decimais: R$ 79.106,67, R$ 89.190,00 e R$ 84.799,67. A média global sem arredondamento por item resulta em R$ 253.096,33; a diferença de R$ 0,01 decorre exclusivamente do critério de arredondamento.

O mapa apresenta três referências por item: lavadora – R$ 75.000,00, R$ 80.960,00 e R$ 81.360,00; centrífuga – R$ 86.000,00, R$ 86.020,00 e R$ 95.550,00; secador – R$ 92.400,00, R$ 89.100,00 e R$ 72.899,00. O método utilizado é a média aritmética simples.

Deverão integrar os autos as propostas e extrações que suportam as referências, com datas, origem, identificação dos produtos, condições comerciais e análise de comparabilidade, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A coluna de R$ 80.960,00/R$ 86.020,00/R$ 89.100,00 não identifica o fornecedor no arquivo e deverá ser documentada. A compatibilidade dos preços com instalação, testes, treinamento e garantia deverá ser confirmada; havendo diferença de escopo, a pesquisa e o orçamento serão atualizados.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO – ART. 18, § 1º, VII

Fornecimento de três equipamentos autônomos e funcionalmente complementares, com instalação e preparação para uso. A lavadora fará a higienização com barreira sanitária; a centrífuga realizará a extração de água; e o secador concluirá a secagem nos limites operacionais do fabricante.

A contratada de cada item responderá pela instalação de seu equipamento, treinamento e assistência na garantia. A Administração coordenará a compatibilidade entre equipamentos e infraestrutura, o fluxo sanitário e o planejamento da manutenção posterior.

O custo de vida útil deverá considerar aquisição, consumo de água e energia, insumos, manutenção, peças e destinação final. A proposta deverá informar os consumos e características operacionais; sem parâmetros comparáveis e metodologia previamente divulgada, esses dados não serão usados como critério adicional de pontuação ou julgamento.

8. PARCELAMENTO – ART. 18, § 1º, VIII

Recomenda-se adjudicação por item. Os equipamentos podem ser fornecidos e garantidos separadamente, sem necessidade demonstrada de marca única ou integração proprietária. A divisão favorece a competição e a participação de fornecedores especializados. A coordenação das entregas e instalações será realizada pela fiscalização.

Cada item tem quantitativo unitário e constitui bem indivisível. Não se recomenda fracionar fisicamente os equipamentos para cota reservada. O tratamento a ME/EPP deverá ser definido no edital conforme a LC nº 123/2006, com análise específica do item 1, estimado em até R$ 80.000,00, e das hipóteses legais de exceção devidamente motivadas.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS – ART. 18, § 1º, IX

Disponibilizar uma unidade operacional de cada equipamento, com capacidade e segurança comprovadas; assegurar separação do fluxo de roupas; capacitar os operadores; e estabelecer garantia e suporte técnico.

Indicadores de recebimento: três equipamentos aprovados nos testes; 100% dos manuais e termos de garantia entregues; operadores designados treinados; inexistência de pendências impeditivas de segurança ou funcionamento. Durante a operação, o hospital deverá registrar produção em kg/dia, indisponibilidade e consumo por kg, para avaliar desempenho e custos reais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS – ART. 18, § 1º, X

Realizar vistoria técnica da lavanderia; validar dimensionamento e diagnóstico; definir infraestrutura e fonte de aquecimento; conferir condições de acesso e suporte do piso; disponibilizar pontos de conexão e barreira física; e programar o serviço para evitar interrupção do atendimento.

Concluir pesquisa de preços com o mesmo escopo do TR; confirmar PCA e dotação; designar gestor e fiscais; indicar servidores para treinamento; e aprovar rotinas sanitárias e manutenção. As adequações estruturais necessárias deverão estar concluídas antes da instalação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS – ART. 18, § 1º, XI

A operação depende de água, energia, eventual fonte térmica, drenagem, exaustão, saneantes apropriados, mão de obra e manutenção. A necessidade de contratos ou adequações adicionais será apurada no levantamento técnico do HAPA.

As conexões finais, montagem e fixação usuais integram o fornecimento. Obras de ampliação, reforço estrutural e implantação de redes prediais não integram esta aquisição e deverão ser dimensionadas e providenciadas pela Administração, se necessárias, antes de autorizar a instalação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS – ART. 18, § 1º, XII

Os principais impactos são consumo de água e energia, geração de efluentes, ruído e resíduos de embalagem e manutenção. Devem ser adotados uso racional de recursos, regulagem de ciclos e dosagem, limpeza de filtros e manutenção preventiva.

A Administração deverá assegurar o encaminhamento dos efluentes à solução sanitária regular da unidade. A contratada recolherá resíduos e embalagens gerados na instalação e dará destinação ambientalmente adequada, observadas as obrigações legais de logística reversa quando aplicáveis. Bens substituídos serão destinados pelo procedimento patrimonial competente, após avaliação.

13. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS

Infraestrutura incompatível: impacto de impossibilidade de instalação; prevenção por vistoria e anexo técnico antes do edital; responsável: HAPA e setor técnico. Dimensionamento insuficiente: prevenção pela memória de produção e ciclos; responsável: requisitante.

Equipamento em desacordo ou inseguro: prevenção por catálogo, conferência documental e testes de intertravamentos, capacidade e funcionamento; responsável: fiscalização e fornecedor. Atraso: acompanhamento do cronograma e notificação; responsável: gestor.

Preços sem escopo comparável: revisar fontes e incluir encargos acessórios; responsável: pesquisa de preços/PPC. Descontinuidade por falha: garantia, suporte e planejamento de manutenção; responsável: fornecedor e gestão do hospital.

14. CONCLUSÃO DE VIABILIDADE – ART. 18, § 1º, XIII

Conclui-se pela viabilidade preliminar da aquisição por itens para equipar a lavanderia do HAPA, condicionada à validação do dimensionamento, à adequação da infraestrutura, à consolidação da pesquisa de preços para o escopo completo e à disponibilidade orçamentária.

A aprovação final deste estudo deve ocorrer após a juntada dessas verificações e validação pela unidade requisitante. Recomenda-se pregão eletrônico, menor preço por item, para bens comuns com padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos, mediante contratação de fornecimento determinado.

ITEM	EQUIPAMENTO	UND./QTD.	UNITÁRIO (R$)	TOTAL (R$)
	ATRAVÉS DE PEDAL E LONAS DE FREIO DE AÇÃO RÁPIDA; CESTO EM AÇO INOXIDÁVEL COM FUROS ESTAMPADOS E REPUXADOS; TAMPA CONSTRUÍDA EM AÇO INOXIDÁVEL; DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE IMPEDE O FUNCIONAMENTO COM TAMPA ABERTA; SISTEMA DE INTER-TRAVAMENTO NA TAMPA QUE SÓ PERMITE ABERTURA COM CESTO PARADO; FUNCIONAMENTO AUTOMÁTICO COM RELE TEMPORIZADOR PARA CONTROLE DE TEMPO DO PROCESSO E ALARME SONORO DE TERMINO DE SERVIÇO; OPÇÃO DE ACIONAMENTO ATRAVÉS DE INVERSOR DE FREQUÊNCIA COM TIMER E CONTROLE DE VELOCIDADE; BOTÃO DE EMERGÊNCIA COM DESLIGAMENTO TOTAL.			
3	SECADOR INDUSTRIAL DE ROUPAS. Equipamento industrial destinado à secagem de roupas, com operação contínua e compatível com a demanda de lavanderia hospitalar. Deve possuir capacidade mínima de 50 kg por ciclo.	Unidade / 1	84.799,67	84.799,67
			TOTAL ESTIMADO	**253.096,34**

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A aquisição atende à necessidade de equipar as etapas de lavagem, centrifugação e secagem das roupas utilizadas na assistência hospitalar. O ETP do Processo nº 4828/2026 fundamenta a solução, o parcelamento e as providências necessárias à implantação.

Este TR observa os arts. 6º, XXIII, e 40, § 1º, da Lei nº 14.133/2021. A preparação e a execução observarão, ainda, as normas sanitárias aplicáveis ao processamento de roupas de serviços de saúde e a segurança de máquinas. A aprovação do TR dependerá da validação técnica e orçamentária e do preenchimento dos dados indicados no item 19.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

3.1. Item 1 – Lavadora horizontal hospitalar: capacidade mínima de 50 kg de roupa seca por ciclo; sistema de barreira sanitária com duas portas, uma voltada à área suja e outra à área limpa; estrutura em aço tratado contra corrosão ou aço inoxidável; tambor externo e cesto interno em aço inox AISI 304; portas e travas em inox; transmissão por polias e correias ou tecnologia equivalente em desempenho e segurança; drenagem

por válvula adequada; painel de comando e controle dos ciclos; sensores, proteções, intertravamentos e parada de emergência compatíveis com a NR-12.

3.2. Item 2 – Centrífuga industrial tipo tripé: capacidade mínima de 50 kg de roupa seca por carga; destinada à extração de água de roupas; base e estrutura em aço carbono com proteção anticorrosiva; corpo externo, cesto perfurado e tampa em aço inoxidável; apoio antivibratório em três colunas; freio de ação rápida acionado por pedal ou solução equivalente de segurança; dispositivo que impeça funcionamento com tampa aberta e abertura enquanto o cesto estiver em movimento; temporizador de processo e aviso sonoro ao término; parada de emergência. Admite-se acionamento por inversor de frequência com controle de velocidade e temporização, desde que cumpridos os requisitos de segurança e desempenho.

3.3. Item 3 – Secador industrial: capacidade mínima de 50 kg de roupa seca por ciclo, próprio para rotina de lavanderia hospitalar; cesto resistente à corrosão; controle de tempo e temperatura; proteção contra superaquecimento; filtro de fiapos acessível para limpeza; porta com intertravamento de segurança e parada de emergência; sistema de circulação e exaustão compatível com o fabricante e a infraestrutura definida pela Administração. A fonte térmica será a fixada no anexo técnico de infraestrutura antes da publicação.

3.4. Requisitos comuns: bens novos e sem uso, em linha de fornecimento, com identificação de marca, modelo, fabricante e número de série; superfícies passíveis de limpeza; proteção de partes móveis e elétricas; manuais de instalação, operação e manutenção em português; acessórios indispensáveis ao funcionamento e fixação; garantia mínima de 12 meses.

3.5. A capacidade nominal será demonstrada por documentação técnica do fabricante e verificada no comissionamento, sem exigir ciclos fora das condições seguras de operação. Não será admitida indicação de marca sem modelo ou descrição genérica que impossibilite verificar a conformidade.

3.6. A regularização na Anvisa será exigida somente quando aplicável ao enquadramento do equipamento. Nessa hipótese, informar e comprovar o registro ou notificação vigente; quando dispensado ou não sujeito, apresentar fundamentação técnica e normativa verificável. A fiscalização poderá consultar bases oficiais e solicitar esclarecimentos.

4. SOLUÇÃO COMPLETA E INFRAESTRUTURA

A solução inclui entrega no HAPA, posicionamento, montagem, nivelamento, fixação usual e conexões finais aos pontos disponibilizados, testes e treinamento. O preço de cada item incluirá todos esses encargos, ferramentas, materiais de conexão usuais, deslocamentos, tributos e garantia.

A Administração disponibilizará os pontos prediais compatíveis com o anexo de infraestrutura. A contratada apresentará o desenho de instalação e requisitos do modelo ofertado em até 10 dias corridos após a ordem de fornecimento. A fiscalização verificará sua conformidade com as condições já publicadas; não será admitida alteração unilateral de modelo ou transferência de custos inerentes ao fornecimento.

A lavadora será instalada na barreira física entre áreas suja e limpa. Os demais equipamentos respeitarão o fluxo sanitário, ventilação, acessos de manutenção e orientações do fabricante. Obras e ampliação das redes prediais, quando necessárias, deverão ser providenciadas previamente pela Administração.

O treinamento presencial abrangerá operação segura, ciclos, limpeza, filtros, paradas de emergência, cuidados preventivos e abertura de chamados. Deverá incluir demonstração prática por equipamento e registro de participantes, conteúdo e duração, suficiente para a equipe indicada operar com segurança.

5. REQUISITOS DE FORNECIMENTO E SUSTENTABILIDADE

Não será exigida visita técnica obrigatória. A Administração permitirá visita facultativa agendada em condições iguais aos interessados e disponibilizará os parâmetros de infraestrutura necessários à elaboração das propostas.

A contratada apresentará documentação de segurança pertinente e comprovará atendimento às normas compulsórias aplicáveis ao modelo. Certificações específicas somente serão exigidas quando houver obrigação normativa correspondente, admitida a comprovação adequada ao produto.

Os equipamentos deverão permitir limpeza e manutenção seguras. A contratada removerá resíduos de instalação e embalagens, destinando-os adequadamente. Fornecerá orientações de consumo de água, energia, aquecimento e cuidados de conservação. A Administração manterá controle do consumo e dos efluentes.

Não será permitida subcontratação integral do fornecimento. Instalação e assistência poderão ser executadas por técnicos ou rede autorizada, sob responsabilidade integral da contratada, respeitados os requisitos de habilitação e do contrato.

6. PRAZO, LOCAL E MODELO DE EXECUÇÃO

Prazo de entrega: até 60 dias corridos contados do recebimento da ordem de fornecimento. Instalação, testes e treinamento: até 15 dias corridos após a entrega, observada a disponibilização da infraestrutura pela Administração. Todos os itens devem estar aptos ao recebimento definitivo dentro do cronograma contratual.

Local: Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, Chapadinha/MA. Endereço completo, contato e horário de recebimento constarão do item 19 e da ordem de fornecimento, sem alteração das condições de logística informadas no edital.

A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 3 dias úteis. Transportes, seguro, descarga e movimentação até o local de instalação serão de responsabilidade da contratada.

A contratada comunicará imediatamente qualquer impedimento e apresentará justificativa e plano de solução. A alteração de prazo dependerá de decisão formal e motivada. Não será instalada máquina em condições inseguras ou infraestrutura incompatível.

A vigência contratual será de 6 meses, contados da assinatura, com eficácia condicionada à divulgação exigida em lei. A garantia técnica subsistirá pelo prazo próprio, independentemente do término da vigência. Eventual extensão observará a disciplina legal dos contratos de escopo, sem afastar apuração de atraso imputável à contratada.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Recebimento provisório: pelo responsável pelo acompanhamento, em até 5 dias úteis da entrega física, para conferência de volumes, integridade, identificação e documentos, sem aceitação definitiva do objeto.

Recebimento definitivo: por servidor ou comissão designada, mediante termo detalhado, em até 10 dias úteis após instalação, testes e treinamento concluídos, desde que atendidos todos os requisitos.

Serão conferidos quantidade, marca/modelo, capacidade nominal documentada, materiais especificados, acessórios, manuais e garantia. Os testes abrangerão funcionamento em ciclo compatível com o equipamento, ausência de vazamentos anormais, comandos, proteções, intertravamentos e parada de emergência. Na lavadora, conferir-se-ão a instalação da barreira e o acesso separado de carga e descarga.

A fiscalização registrará resultados, números de série, ocorrências e conclusão. O teste ocorrerá com a presença de representante técnico da contratada e apoio dos servidores do hospital, observadas as condições do fabricante.

Bens ou serviços acessórios desconformes serão rejeitados, total ou parcialmente, com notificação para correção ou substituição em até 15 dias corridos, sem ônus adicional, sujeito a prazo técnico diferente expressamente justificado e aceito. O pagamento ficará restrito aos itens efetivamente aceitos.

Os recebimentos não excluem a responsabilidade por vícios, segurança e qualidade, nem as obrigações da garantia.

8. GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Garantia mínima de 12 meses contados do recebimento definitivo de cada equipamento, prevalecendo prazo maior oferecido pelo fabricante ou fornecedor. Abrangerá peças, mão de obra, deslocamento, transporte e reinstalação necessários à solução de defeitos de fabricação, montagem ou instalação de responsabilidade da contratada.

A contratada disponibilizará canal de atendimento, com número de protocolo. Deverá acusar recebimento do chamado em até 2 dias úteis e iniciar atendimento técnico, presencial quando necessário, em até 5 dias úteis. A solução ocorrerá em até 15 dias corridos do chamado, admitida extensão expressamente justificada e aceita pela Administração.

O suporte remoto somente será suficiente quando resolver a ocorrência com segurança. A falta de estabelecimento local não impedirá a participação, permanecendo obrigatórios os prazos de atendimento.

A manutenção preventiva exigida pelo fabricante durante a garantia será orientada em plano escrito. As ações técnicas indispensáveis à preservação da garantia, além dos cuidados rotineiros ensinados aos operadores, integrarão o preço. Eventual exclusão por mau uso dependerá de demonstração técnica, assegurada análise da Administração.

9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

A Administração designará gestor e fiscais antes do início da execução. O gestor controlará prazos, comunicações, pagamentos, alterações e providências de responsabilização. O fiscal técnico acompanhará entrega, instalação, testes e garantia, com apoio do HAPA e dos profissionais competentes.

O fiscal registrará ocorrências, expedirá notificações e comunicará ao gestor situações fora de sua competência. A contratada indicará preposto e contatos operacionais. O acompanhamento não reduz a responsabilidade da contratada por danos, defeitos ou execução inadequada.

A aferição do objeto será feita por equipamento entregue, instalado, testado e aceito. Não haverá pagamento por simples expedição, transporte ou instalação incompleta.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Fornecer os bens e executar as obrigações acessórias conforme proposta e contrato; manter as condições de habilitação; assumir encargos comerciais, fiscais, trabalhistas e de transporte; apresentar documentos técnicos; corrigir defeitos; cumprir normas de segurança e preservar o ambiente hospitalar.

Responder pelos danos diretamente causados à Administração ou a terceiros em razão da execução; manter o local organizado; utilizar pessoal capacitado; informar riscos e incompatibilidades; cumprir os prazos de

garantia e permitir a fiscalização. Não substituir marca/modelo sem análise técnica e autorização formal, respeitadas a proposta vencedora e as condições legais.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Emitir ordem de fornecimento; disponibilizar infraestrutura e acesso; indicar operadores para treinamento; designar fiscalização; conferir e receber o objeto; comunicar defeitos e ocorrências; decidir requerimentos; e pagar os valores efetivamente devidos.

Providenciar previamente adequações prediais e condições sanitárias; assegurar o uso conforme os manuais; manter registros de operação e manutenção; e formalizar medidas corretivas ou sancionatórias com contraditório e ampla defesa.

12. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

A contratada apresentará nota fiscal após o recebimento definitivo do item, com identificação do processo, contrato, equipamento e dados bancários de sua titularidade. A fiscalização atestará a execução e encaminhará os documentos para liquidação.

A liquidação será concluída em até 10 dias úteis da apresentação regular dos documentos. O pagamento ocorrerá em até 30 dias corridos após a liquidação, observada a ordem cronológica e as retenções legais. Erros documentais serão comunicados para correção, com suspensão do prazo relativo à pendência.

Não haverá antecipação. Havendo controvérsia sobre parte do objeto, a parcela incontroversa será processada nos termos legais. A verificação de regularidade fiscal não autoriza retenção automática de pagamento por objeto já aceito, sem fundamento legal.

Em atraso de pagamento imputável à Administração, os valores serão atualizados pelo IPCA, proporcionalmente ao período entre o vencimento e o efetivo pagamento, sem duplicidade de atualização.

13. SELEÇÃO DO FORNECEDOR E PROPOSTA

A seleção ocorrerá por pregão eletrônico, critério menor preço por item. A adjudicação será individual, sem obrigação de vencer o conjunto. Os preços máximos unitários serão os da tabela deste TR, após consolidação da pesquisa e aprovação pela autoridade competente.

A proposta deverá conter marca, modelo, fabricante, preço unitário e total, descrição técnica, prazo de entrega e garantia. Catálogo, ficha técnica ou manual deverão permitir verificar capacidade, materiais, segurança e requisitos de instalação. O preço contemplará integralmente as obrigações do item.

A avaliação documental será realizada sobre a proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar, admitidos esclarecimentos e diligências nos limites legais, sem permitir modificação substancial da oferta. Não será exigida amostra física antecipada dos equipamentos.

Aplicar-se-ão os benefícios dos arts. 42 a 49 da LC nº 123/2006, observados os limites e condições legais. O item 1, estimado em R$ 79.106,67, deverá ser destinado à participação exclusiva de ME/EPP, salvo exceção legal concretamente demonstrada. Os itens 2 e 3 terão ampla participação; cada equipamento constitui unidade indivisível, inviabilizando cota física de 25%.

14. HABILITAÇÃO

Serão exigidas habilitação jurídica, regularidade fiscal, social e trabalhista e comprovação econômico-financeira nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, em extensão proporcional à contratação e conforme o edital.

Para a qualificação técnica, admite-se atestado de fornecimento satisfatório de equipamentos industriais de lavanderia ou de complexidade operacional equivalente, sem exigir marca idêntica, fornecimento ao setor público ou execução em local específico. Não se exige quantitativo mínimo de equipamentos superior ao objeto unitário de cada item.

Não será exigida inscrição em conselho profissional pelo simples comércio dos bens. Para atividades de instalação legalmente sujeitas a responsabilidade técnica, o profissional habilitado e o respectivo registro de responsabilidade serão comprovados antes de sua execução, conforme as atribuições efetivamente necessárias.

Licença sanitária e autorização de funcionamento somente serão exigidas quando legalmente pertinentes à atividade e ao enquadramento do fornecedor/produto. Não se imporá autorização de fabricante como condição geral de habilitação.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da dotação própria da Saúde, com classificação a ser certificada pelo setor contábil antes da contratação.

02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.01	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
10.122.0010.2056.0000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE
02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.122.0010.2065.0000	MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE
02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.302.0010.2156.0000	MANUTENÇÃO E FUNC. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

16. REAJUSTE E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os preços serão fixos no interregno mínimo de um ano contado da data do orçamento estimado, a ser expressamente identificada no edital e no contrato. Após a anualidade, eventual saldo sujeito a reajuste será atualizado pelo IPCA, observada sua aplicação temporal e as condições legais.

A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dependerá de requerimento fundamentado, comprovação dos pressupostos legais e análise da Administração, sem confusão com o reajuste ordinário.

17. INFRAÇÕES, SANÇÕES E ALTERAÇÕES

O inadimplemento sujeitará a contratada às sanções dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, mediante processo regular. A multa moratória será de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da obrigação em atraso, limitada a 10%.

A inexecução total ou parcial poderá acarretar multa compensatória de 10% sobre o valor da parcela não executada, sem dupla incidência de multas pelo mesmo fato, além das demais consequências legais cabíveis. A autoridade avaliará gravidade, dano, circunstâncias e proporcionalidade.

A alteração ou extinção contratual observará a Lei nº 14.133/2021 e o instrumento contratual. Não se exigirá garantia de execução contratual nesta aquisição, sem prejuízo da garantia técnica dos bens e das responsabilidades legais.

- Termo de Referência aprovado.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº031/2026

ANEXO II

MINUTA DE CONTRATO

O MUNICÍPIO DE CHAPADINHA, Estado do Maranhão, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede à _____, CNPJ nº _____, neste ato representado por [nome e cargo da autoridade competente], CPF nº _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada à _____, representada por _____, CPF nº _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 031/2026, Processo Administrativo nº 4828/2026, regido pela Lei nº 14.133/2021 e pelas cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO E VINCULAÇÃO

1.1. Aquisição de equipamentos de lavanderia hospitalar, compreendendo lavadora horizontal com barreira sanitária, centrífuga e secador industrial de roupas, destinados a atender às necessidades do Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, no Município de Chapadinha/MA. O fornecimento abrange transporte, descarga, movimentação, montagem, instalação, testes de funcionamento, treinamento e garantia dos equipamentos efetivamente adjudicados à CONTRATADA e relacionados neste instrumento.

1.2. Integram este contrato, independentemente de transcrição, o edital e seus anexos, especialmente o Termo de Referência e seu anexo de infraestrutura, a proposta adjudicada e os documentos que formalizam a contratação.

1.3. Os itens e preços contratados serão os da proposta vencedora. A tabela seguinte será preenchida antes da assinatura, exclusivamente com os itens adjudicados à CONTRATADA, com identificação de marca e modelo e seus preços finais.

1.4. Divergências entre os instrumentos serão submetidas à autoridade competente para decisão fundamentada, preservadas as condições da licitação, a proposta vencedora e os limites legais de alteração. Eventual erro na tabela deverá ser corrigido formalmente antes da assinatura.

1.5. A substituição de marca, modelo, capacidade ou especificações ofertadas dependerá de justificativa, análise técnica e autorização formal, sem redução de qualidade, prejuízo à competição ou aumento de preço decorrente de conveniência da CONTRATADA.

Item	Descrição	Marca/modelo	Und.	Qtd.	Unit. R$	Total R$
1	Lavadora horizontal hospitalar com barreira sanitária, capacidade mínima de 50 kg/ciclo		Un.	1		
2	Centrífuga industrial tipo tripé, capacidade mínima de 50 kg		Un.	1		
3	Secador industrial de roupas, capacidade mínima de 50 kg/ciclo		Un.	1		

CLÁUSULA SEGUNDA – FORMA E ESCOPO DO FORNECIMENTO

2.1. O fornecimento tem quantitativos determinados e será executado mediante ordem de fornecimento para os equipamentos contratados, com entrega e instalação no HAPA. A ordem comunicará o início da execução e os dados operacionais, sem alterar os quantitativos e condições pactuados.

2.2. A CONTRATADA deverá executar integralmente os itens contratados. Qualquer supressão, alteração ou extinção dependerá dos procedimentos e pressupostos legais, sem faculdade de simplesmente deixar de requisitar as quantidades assumidas. 27

2.3. Estão incluídos no fornecimento frete, seguro, carga, descarga, movimentação até a lavanderia, montagem, nivelamento, fixação usual, conexões finais aos pontos disponibilizados, materiais acessórios indispensáveis, testes, treinamento, manuais e assistência na garantia.

2.4. A infraestrutura predial será disponibilizada pelo CONTRATANTE conforme os parâmetros publicados no anexo técnico do edital. A CONTRATADA deverá conferir a compatibilidade do equipamento ofertado com esses parâmetros e informar, por escrito, impedimentos à instalação segura.

2.5. Em até 10 dias corridos do recebimento da ordem, a CONTRATADA apresentará os requisitos e desenhos de instalação do modelo contratado, compatíveis com o anexo técnico. Obras de ampliação, reforço estrutural e implantação de redes prediais, se necessárias, serão providenciadas previamente pelo CONTRATANTE. Não haverá transferência de custos de montagem e conexão final inerentes ao fornecimento.

2.6. As comunicações serão feitas pelos canais oficiais informados pelas partes, com comprovação de recebimento. A falta de confirmação voluntária não afastará os efeitos de notificação cuja ciência esteja comprovada.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total deste contrato é de R$ _____(_____), correspondente à soma dos quantitativos e preços finais dos itens constantes da cláusula primeira.

3.2. Os preços compreendem todos os tributos, encargos, despesas de pessoal, transporte, seguro, instalação, testes, treinamento, materiais e obrigações da garantia necessários ao cumprimento integral do objeto.

3.3. O faturamento observará os preços unitários contratados e os equipamentos efetivamente recebidos e aceitos, sem prejuízo de reajuste ou revisão legalmente admitidos.

CLÁUSULA QUARTA – ENTREGA, INSTALAÇÃO E TREINAMENTO

4.1. Os equipamentos serão entregues em até 60 dias corridos, contados do recebimento da ordem de fornecimento. A instalação, os testes e o treinamento serão concluídos em até 15 dias corridos após a entrega, observada a disponibilização da infraestrutura pelo CONTRATANTE.

4.2. O local de entrega e instalação será o Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, à _____, Chapadinha/MA. A entrega será agendada com antecedência mínima de 3 dias úteis, pelo contato [PREENCHER], no horário 08:00 às 18:00h.

4.3. Os equipamentos serão novos, sem uso, acondicionados e transportados de modo a preservar sua integridade, com marca, modelo, fabricante e número de série identificados. Serão entregues os manuais em português, termo de garantia, relação de acessórios e documentação técnica exigida no Termo de Referência.

4.4. A instalação respeitará o fluxo sanitário da lavanderia, a separação entre áreas suja e limpa, a infraestrutura prevista e os procedimentos de segurança. A lavadora com barreira deverá manter acessos distintos para carga na área suja e descarga na área limpa.

4.5. O treinamento presencial compreenderá operação segura, ciclos, limpeza, cuidados preventivos, filtros, paradas de emergência e abertura de chamados, com demonstração prática e registro dos participantes, conteúdo e duração.

4.6. Impedimentos serão imediatamente comunicados com comprovação e proposta de solução. A adequação do cronograma dependerá de registro e decisão cabíveis, observadas as hipóteses de extensão legal. Não serão executadas conexões ou testes em condições inseguras.

4.7. A descarga ou o uso assistido durante testes não caracteriza recebimento definitivo.

CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO E CORREÇÃO DE DESCONFORMIDADES

5.1. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento, de forma sumária, por ocasião da entrega, para conferência inicial e posterior verificação de conformidade. O registro dessa conferência inicial será concluído em até 5 dias úteis da entrega física.

5.2. O recebimento definitivo ocorrerá mediante termo detalhado emitido por servidor ou comissão designada, em até 10 dias úteis após a conclusão da instalação, dos testes e do treinamento, desde que atendidas todas as exigências contratuais.

5.3. A verificação compreenderá quantidade, integridade, marca e modelo, capacidade nominal, materiais, acessórios, manuais, garantia e documentação pertinente. Os testes abrangerão ciclo de funcionamento compatível com o equipamento, comandos, drenagem quando aplicável, proteções, intertravamentos e parada de emergência, observadas as condições de segurança do fabricante.

5.4. A fiscalização registrará os resultados, os números de série e as ocorrências. Na lavadora, verificará também a instalação na barreira física e os acessos separados de carga e descarga.

5.5. Equipamentos ou obrigações acessórias desconformes serão recusados, total ou parcialmente. A CONTRATADA deverá corrigir ou substituir o objeto em até 15 dias corridos da notificação, às suas expensas, admitido prazo técnico distinto expressamente justificado e aceito, sem afastamento das consequências por atraso imputável à CONTRATADA.

5.6. Após o saneamento, a Administração verificará novamente o item e concluirá o recebimento no prazo do subitem 5.2. A aceitação de item regular não impede recusa de outro, e a parcela incontroversa será processada separadamente quando possível.

5.7. Os recebimentos não afastam a responsabilidade por vícios, defeitos, segurança, qualidade ou obrigações de garantia.

CLÁUSULA SEXTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

6.1. O CONTRATANTE designará gestor e fiscais por ato próprio, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021. O gestor acompanhará prazos, comunicações, pagamentos, alterações e medidas de responsabilização.

6.2. O fiscal acompanhará entrega, montagem, instalação, testes, treinamento e garantia, registrará ocorrências e determinará as correções de sua competência, encaminhando ao gestor as situações que exijam decisão superior.

6.3. A avaliação da execução será feita por equipamento entregue, instalado, testado e aceito, com suas obrigações acessórias cumpridas. A fiscalização terá apoio técnico do HAPA e dos profissionais competentes.

6.4. A CONTRATADA indicará preposto e contatos aptos a receber comunicações e resolver ocorrências. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA pela execução ou pelos danos diretamente causados.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Compete à CONTRATADA fornecer os equipamentos nas quantidades e especificações contratadas, executar instalação, testes e treinamento, entregar a documentação técnica e cumprir integralmente prazos e condições de garantia.

7.2. A CONTRATADA manterá, durante toda a execução, as condições exigidas para habilitação; responderá por seus empregados, técnicos, transportadores e prepostos, encargos trabalhistas, fiscais e comerciais; e reparará os danos diretamente causados ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão da execução.

7.3. Deverá utilizar pessoal capacitado, cumprir as normas de segurança aplicáveis, inclusive NR-12 e NR-10 nas atividades pertinentes, e apresentar profissional habilitado e responsabilidade técnica para as atividades que legalmente os exijam, antes de sua execução.

7.4. A regularização sanitária dos equipamentos será comprovada quando exigível ao enquadramento do produto. Nos casos de dispensa ou não sujeição, será apresentada fundamentação técnica e normativa verificável, conforme o Termo de Referência.

7.5. Deverá manter o ambiente organizado, recolher resíduos e embalagens de sua instalação e dar destinação ambientalmente adequada, observadas as obrigações legais de logística reversa aplicáveis.

7.6. Cumprirá as reservas legais de cargos para pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, bem como as demais reservas previstas em normas específicas, comprovando seu cumprimento quando solicitado.

7.7. Comunicará imediatamente fatos que prejudiquem o cumprimento do objeto e fornecerá esclarecimentos sobre procedência, características, segurança, instalação e manutenção dos equipamentos.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Compete ao CONTRATANTE emitir a ordem de fornecimento; disponibilizar acesso e infraestrutura compatível com o anexo técnico; designar gestor, fiscais e operadores para treinamento; fiscalizar; receber ou recusar fundamentadamente o objeto; e pagar os valores devidos.

8.2. O CONTRATANTE providenciará previamente as adequações prediais sob sua responsabilidade, manterá as condições sanitárias da lavanderia e utilizará os equipamentos de acordo com os manuais, preservando registros de operação e manutenção.

8.3. Comunicará tempestivamente desconformidades e defeitos, disponibilizará informações para o saneamento e decidirá requerimentos relacionados à execução, ressalvados os manifestamente impertinentes, protelatórios ou sem interesse contratual.

8.4. Salvo prazo específico, os requerimentos serão decididos em até um mês após a conclusão da instrução, admitida prorrogação motivada por igual período, conforme o art. 123 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

9.1. A nota fiscal será apresentada após o recebimento definitivo de cada item, com identificação do contrato, do processo e da ordem de fornecimento, descrição do equipamento e dados bancários de titularidade da CONTRATADA.

9.2. A liquidação será concluída em até 10 dias úteis após a apresentação regular dos documentos e comprovação do recebimento definitivo. O pagamento será feito em até 30 dias corridos após a liquidação, observada a ordem cronológica e efetuadas as retenções legais.

9.3. Erros documentais ou pendências impeditivas serão comunicados à CONTRATADA, com suspensão do prazo relativo à pendência até seu saneamento. A parte incontroversa será processada nos termos do art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

9.4. Não haverá pagamento antecipado. A expedição, o descarregamento ou a instalação incompleta não autorizam pagamento do equipamento.

9.5. Irregularidade fiscal superveniente será tratada mediante providências legais, sem retenção automática de pagamento por objeto regularmente recebido e liquidado por esse motivo isolado.

9.6. Em atraso de pagamento imputável ao CONTRATANTE, incidirá atualização monetária pelo IPCA/IBGE entre o dia seguinte ao vencimento e o efetivo pagamento, proporcionalmente ao período e sem duplicidade de atualização.

CLÁUSULA DÉCIMA – REAJUSTAMENTO E EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.1. Os preços serão fixos no interregno de um ano contado da data-base do orçamento estimado de [dia/mês/ano], indicada no edital. Após a anualidade, o saldo sujeito a reajuste será atualizado pelo IPCA/IBGE, observada a incidência temporal sobre as obrigações contratuais e a responsabilidade por eventual atraso.

10.2. Reajustes subsequentes observarão o intervalo mínimo de um ano contado dos efeitos financeiros do anterior. Se houver extinção do índice, será adotado seu substituto legal ou, na ausência, índice formalmente pactuado. O reajuste será registrado pelo instrumento legalmente cabível.

10.3. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá demonstrar os pressupostos do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021, com prova do fato, nexo causal e repercussão efetiva sobre os custos. Será decidido em até 30 dias corridos após a instrução completa, admitida prorrogação motivada por igual período.

10.4. O pedido não suspende automaticamente a execução. A alteração dependerá de decisão fundamentada e formalização cabível, observada a repartição legal e contratual de riscos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VIGÊNCIA

11.1. A vigência será de 6 meses contados da assinatura, com eficácia condicionada à divulgação no PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021. A ordem de fornecimento será emitida após a eficácia do contrato.

11.2. Tratando-se de escopo predefinido, a vigência será automaticamente prorrogada quando o objeto não estiver concluído no período firmado, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, com registro nos autos e adequação do cronograma.

11.3. Se a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA, será ela constituída em mora, sujeita às sanções cabíveis, podendo o CONTRATANTE optar pela extinção e adotar as medidas legais para continuidade da execução.

11.4. O término da vigência não extingue as obrigações de garantia e assistência pelo prazo próprio, a responsabilidade por vícios, pagamentos pendentes ou a apuração de infrações ocorridas na execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas correrão à conta dos créditos consignados no orçamento vigente, conforme a seguinte classificação:

02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.01	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
10.122.0010.2056.0000	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.122.0010.2065.0000	MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAUDE
02.14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO**
02.14.02	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**
10.302.0010.2156.0000	MANUTENÇÃO E FUNC. DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente

12.2. Havendo execução em exercício subsequente, a dotação correspondente será indicada após a aprovação do orçamento e liberação dos créditos, por apostilamento, observadas as exigências legais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

13.1. Não será exigida garantia de execução contratual. A garantia técnica dos equipamentos será de, no mínimo, 12 meses a contar do recebimento definitivo de cada item, prevalecendo prazo maior oferecido na proposta ou pelo fabricante.

13.2. A garantia cobrirá defeitos de fabricação, montagem e instalação de responsabilidade da CONTRATADA e incluirá peças, mão de obra, deslocamentos, transporte, retirada e reinstalação necessários à solução, sem ônus adicional.

13.3. A CONTRATADA fornecerá canal de atendimento e protocolo de chamados, acusando recebimento em até 2 dias úteis, iniciando atendimento técnico, presencial quando necessário, em até 5 dias úteis e solucionando a ocorrência em até 15 dias corridos do chamado. Prazo adicional dependerá de justificativa técnica e aceitação expressa do CONTRATANTE.

13.4. O suporte remoto somente será suficiente se solucionar a ocorrência de forma segura. A obrigação de atendimento independe da existência de estabelecimento da CONTRATADA no Município.

13.5. Será fornecido plano escrito de manutenção preventiva. As intervenções técnicas indispensáveis à preservação da garantia, além dos cuidados rotineiros ensinados aos operadores, estarão incluídas no preço, conforme o Termo de Referência.

13.6. Alegação de mau uso como causa de exclusão da cobertura dependerá de comprovação técnica, sujeita à análise do CONTRATANTE. O fim da vigência contratual não reduz o prazo de garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. As alterações observarão os arts. 124 a 136 da Lei nº 14.133/2021. Nas alterações unilaterais legalmente admitidas, a CONTRATADA aceitará acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado, respeitada a natureza indivisível de cada equipamento e a vedação à transfiguração do objeto.

14.2. Alterações serão justificadas e formalizadas pelo instrumento adequado. Registros que não caracterizem alteração contratual poderão ser realizados por apostila, na forma do art. 136. Não serão exigidas prestações adicionais sem a correspondente formalização, ressalvadas as hipóteses legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES

15.1. Constituem infrações as condutas do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, inclusive inexecução parcial ou total, atraso injustificado, falsidade documental e fraude na execução.

15.2. Poderão ser aplicadas advertência, multa, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade, nos limites, competências e hipóteses legais, assegurados contraditório, ampla defesa e recursos cabíveis.

15.3. A multa moratória será de 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da obrigação em atraso, limitada a 10% dessa base. O atraso poderá abranger entrega, instalação, testes, treinamento ou correção, conforme a obrigação efetivamente inadimplida.

15.4. A multa compensatória por inexecução total ou parcial será de 10% sobre o valor da parcela não executada. Na aplicação das multas serão respeitados o piso e o teto do art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, de 0,5% e 30% do valor do contrato, bem como a proporcionalidade e a vedação à dupla punição pelo mesmo fato.

15.5. A multa moratória poderá ser convertida em compensatória na forma legal, com abatimento de valores correspondentes ao mesmo fato, sem duplicidade. A aplicação de sanção não afasta o dever de reparação integral do dano.

15.6. A decisão considerará natureza e gravidade da conduta, peculiaridades do caso, agravantes e atenuantes, danos e demais critérios legais. Multas e indenizações exigíveis poderão ser compensadas com créditos ou cobradas pelos meios legais, após o devido procedimento administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXTINÇÃO

16.1. O contrato poderá ser extinto nas hipóteses dos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021, com motivação formal, contraditório e ampla defesa quando cabíveis.

16.2. A extinção será precedida da apuração dos equipamentos e obrigações acessórias efetivamente executados e aceitos, dos pagamentos devidos, das penalidades e indenizações, preservados os direitos legais das partes.

16.3. O CONTRATANTE poderá adotar as medidas legalmente admitidas para a continuidade da execução e proteção do patrimônio. Permanecerão exigíveis a garantia e as responsabilidades pelos bens já recebidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUBCONTRATAÇÃO

17.1. Não será permitida a subcontratação integral do objeto ou transferência da posição contratual. A instalação e a assistência poderão ser executadas por técnicos ou rede autorizada sob responsabilidade integral da CONTRATADA, com comprovação de capacidade e prévia autorização do CONTRATANTE para a subcontratação dessas atividades.

17.2. A utilização de transportadora para a logística de entrega não transfere a posição contratual nem afasta a responsabilidade da CONTRATADA. A atuação de terceiros observará os limites e impedimentos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICIDADE E COMUNICAÇÕES

18.1. O CONTRATANTE divulgará o contrato e os aditamentos no PNCP no prazo de 20 dias úteis da assinatura, conforme o art. 94, I, da Lei nº 14.133/2021, e nos demais meios legalmente exigidos.

18.2. As comunicações, ordens e notificações serão documentadas nos autos, pelos canais oficiais indicados pelas partes, com comprovação de recebimento. A CONTRATADA manterá seus contatos atualizados.

18.3. As partes tratarão dados pessoais necessários à execução e à publicidade contratual conforme a Lei nº 13.709/2018, limitando a divulgação de dados pessoais ao necessário ao atendimento das obrigações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E FORO

19.1. Aplicam-se a Lei nº 14.133/2021, os regulamentos municipais pertinentes e as demais normas incidentes, com aplicação supletiva dos princípios gerais dos contratos e das disposições de direito privado, nos termos do art. 89.

19.2. Fica eleito o foro da Comarca de Chapadinha/MA para dirimir as questões decorrentes deste contrato, ressalvadas as competências legalmente estabelecidas.

E, por estarem de acordo, as partes assinam este instrumento para que produza seus efeitos legais.

CHAPADINHA - MA, em _____ de _____ de 2026.

Agente Público competente do órgão ou entidade contratante

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

CONTRATANTE

Representante Legal da Empresa contratada
(Nome, cargo e carimbo da empresa)
CONTRATADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2026

ANEXO III

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – ART. 18, § 1º, I

Aquisição de equipamentos de lavanderia hospitalar, compreendendo lavadora horizontal com barreira sanitária, centrífuga e secador industrial de roupas, destinados a atender às necessidades do Hospital Antônio Pontes de Aguiar – HAPA, no Município de Chapadinha/MA.

O processamento das roupas utilizadas na assistência hospitalar integra o apoio necessário à continuidade do atendimento. A necessidade consiste em disponibilizar equipamentos para lavagem, extração de água e secagem, preservando a separação entre os fluxos de roupa suja e limpa e a segurança dos operadores.

A aquisição busca estruturar essas três etapas na lavanderia do HAPA. Não se presume a existência de avaria, obsolescência ou insuficiência de equipamentos atuais: o setor requisitante deverá juntar diagnóstico do parque existente, com indicação da destinação dos novos bens e da necessidade de substituição ou ampliação.

2. ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO – ART. 18, § 1º, II

A demanda vincula-se ao funcionamento da rede municipal de saúde e ao atendimento hospitalar. A unidade responsável deverá registrar a compatibilidade com o Plano de Contratações Anual, se elaborado, e com o planejamento e a programação orçamentária da Saúde.

Registro no PCA, quando existente: [INFORMAR identificação do item ou providenciar inclusão/adequação justificada]. A autorização da contratação dependerá da confirmação dos recursos orçamentários.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO – ART. 18, § 1º, III

Equipamentos novos, sem uso, próprios para lavanderia hospitalar e com capacidade nominal mínima de 50 kg de roupa seca por ciclo/carga, conforme declaração técnica do fabricante. A lavadora deverá possuir barreira sanitária com acesso de carga pela área suja e descarga pela área limpa.

Deverão ser observados os requisitos aplicáveis de segurança de máquinas, proteção elétrica e operação, inclusive NR-12 e NR-10 nas atividades pertinentes. A regularização sanitária será comprovada quando o produto estiver sujeito a esse regime; nos demais casos, será demonstrado o enquadramento de dispensa ou não sujeição.

A solução deverá compreender frete, descarga, posicionamento, montagem, instalação nos pontos disponibilizados, testes, treinamento de operação e manutenção básica, manuais em português e garantia mínima de 12 meses após o recebimento definitivo.

Antes da publicação, o setor técnico deverá definir tensão, número de fases, frequência, potência disponível, fonte de aquecimento, exaustão, drenagem, dimensões máximas, acessos e capacidade do piso. Esses parâmetros constituirão anexo de infraestrutura comum a todos os licitantes.

4. ESTIMATIVA DOS QUANTITATIVOS – ART. 18, § 1º, IV

O mapa de apuração estabelece uma unidade de cada equipamento. A memória quantitativa corresponde a uma linha de processamento composta por três etapas: lavagem, centrifugação e secagem, cada qual atendida pelo equipamento específico de capacidade nominal de 50 kg.

Item	Equipamento	Und./Qtd.	Unitário (R$)	Total (R$)
1	Lavadora horizontal hospitalar com barreira sanitária, capacidade mínima de 50 kg/ciclo	Unidade / 1	79.106,67	79.106,67
2	Centrífuga industrial tipo tripé, capacidade mínima de 50 kg	Unidade / 1	89.190,00	89.190,00
3	Secador industrial de roupas, capacidade mínima de 50 kg/ciclo	Unidade / 1	84.799,67	84.799,67
	TOTAL ESTIMADO			253.096,34

A equivalência nominal de capacidade não comprova, isoladamente, equilíbrio de produtividade: a duração dos ciclos varia entre as etapas. Antes da aprovação, o HAPA deverá juntar a massa média e de pico de roupa processada em kg/dia, turnos e horas disponíveis, duração estimada dos ciclos e capacidade dos equipamentos existentes. A capacidade diária útil será confrontada com a demanda, considerando carga por ciclo × ciclos por hora × horas de operação × disponibilidade operacional, com identificação de eventual gargalo. Não foram atribuídos valores fictícios a esses indicadores.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO – ART. 18, § 1º, V

Foram consideradas, em análise preliminar de alternativas, a compra dos equipamentos, a locação com manutenção e a terceirização do processamento de roupas. O mapa apresentado contém valores de aquisição, sem cotações comparáveis de locação ou terceirização.

Compra: incorpora os bens ao patrimônio e permite o processamento no próprio hospital, mas exige infraestrutura, operadores, insumos e manutenção. Locação: pode concentrar manutenção no fornecedor, com despesas recorrentes e dependência da disponibilidade local de equipamentos. Terceirização: transfere a execução do processamento, demandando logística sanitária e contrato contínuo, sem dispensar a responsabilidade sanitária do hospital.

Para a demanda de equipar a lavanderia própria, recomenda-se preliminarmente a aquisição. Essa escolha deverá ser confirmada pelo setor requisitante, mediante demonstração das condições de funcionamento e exame do custo do ciclo de vida. Não se afirma superioridade econômica quantificada sobre alternativas sem pesquisa equivalente.

6. ESTIMATIVA DO VALOR – ART. 18, § 1º, VI

O valor estimado é de R$ 253.096,34, pela soma das médias unitárias arredondadas a duas casas decimais: R$ 79.106,67, R$ 89.190,00 e R$ 84.799,67. A média global sem arredondamento por item resulta em R$ 253.096,33; a diferença de R$ 0,01 decorre exclusivamente do critério de arredondamento.

O mapa apresenta três referências por item: lavadora – R$ 75.000,00, R$ 80.960,00 e R$ 81.360,00; centrífuga – R$ 86.000,00, R$ 86.020,00 e R$ 95.550,00; secador – R$ 92.400,00, R$ 89.100,00 e R$ 72.899,00. O método utilizado é a média aritmética simples.

Deverão integrar os autos as propostas e extrações que suportam as referências, com datas, origem, identificação dos produtos, condições comerciais e análise de comparabilidade, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021. A coluna de R$ 80.960,00/R$ 86.020,00/R$ 89.100,00 não identifica o fornecedor no arquivo e deverá ser documentada. A compatibilidade dos preços com instalação, testes, treinamento e garantia deverá ser confirmada; havendo diferença de escopo, a pesquisa e o orçamento serão atualizados.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO – ART. 18, § 1º, VII

Fornecimento de três equipamentos autônomos e funcionalmente complementares, com instalação e preparação para uso. A lavadora fará a higienização com barreira sanitária; a centrífuga realizará a extração de água; e o secador concluirá a secagem nos limites operacionais do fabricante.

A contratada de cada item responderá pela instalação de seu equipamento, treinamento e assistência na garantia. A Administração coordenará a compatibilidade entre equipamentos e infraestrutura, o fluxo sanitário e o planejamento da manutenção posterior.

O custo de vida útil deverá considerar aquisição, consumo de água e energia, insumos, manutenção, peças e destinação final. A proposta deverá informar os consumos e características operacionais; sem parâmetros comparáveis e metodologia previamente divulgada, esses dados não serão usados como critério adicional de pontuação ou julgamento.

8. PARCELAMENTO – ART. 18, § 1º, VIII

Recomenda-se adjudicação por item. Os equipamentos podem ser fornecidos e garantidos separadamente, sem necessidade demonstrada de marca única ou integração proprietária. A divisão favorece a competição e a participação de fornecedores especializados. A coordenação das entregas e instalações será realizada pela fiscalização.

Cada item tem quantitativo unitário e constitui bem indivisível. Não se recomenda fracionar fisicamente os equipamentos para cota reservada. O tratamento a ME/EPP deverá ser definido no edital conforme a LC nº 123/2006, com análise específica do item 1, estimado em até R$ 80.000,00, e das hipóteses legais de exceção devidamente motivadas.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS – ART. 18, § 1º, IX

Disponibilizar uma unidade operacional de cada equipamento, com capacidade e segurança comprovadas; assegurar separação do fluxo de roupas; capacitar os operadores; e estabelecer garantia e suporte técnico.

Indicadores de recebimento: três equipamentos aprovados nos testes; 100% dos manuais e termos de garantia entregues; operadores designados treinados; inexistência de pendências impeditivas de segurança ou funcionamento. Durante a operação, o hospital deverá registrar produção em kg/dia, indisponibilidade e consumo por kg, para avaliar desempenho e custos reais.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS – ART. 18, § 1º, X

Realizar vistoria técnica da lavanderia; validar dimensionamento e diagnóstico; definir infraestrutura e fonte de aquecimento; conferir condições de acesso e suporte do piso; disponibilizar pontos de conexão e barreira física; e programar o serviço para evitar interrupção do atendimento.

Concluir pesquisa de preços com o mesmo escopo do TR; confirmar PCA e dotação; designar gestor e fiscais; indicar servidores para treinamento; e aprovar rotinas sanitárias e manutenção. As adequações estruturais necessárias deverão estar concluídas antes da instalação.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS – ART. 18, § 1º, XI

A operação depende de água, energia, eventual fonte térmica, drenagem, exaustão, saneantes apropriados, mão de obra e manutenção. A necessidade de contratos ou adequações adicionais será apurada no levantamento técnico do HAPA.

As conexões finais, montagem e fixação usuais integram o fornecimento. Obras de ampliação, reforço estrutural e implantação de redes prediais não integram esta aquisição e deverão ser dimensionadas e providenciadas pela Administração, se necessárias, antes de autorizar a instalação.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS – ART. 18, § 1º, XII

Os principais impactos são consumo de água e energia, geração de efluentes, ruído e resíduos de embalagem e manutenção. Devem ser adotados uso racional de recursos, regulagem de ciclos e dosagem, limpeza de filtros e manutenção preventiva.

A Administração deverá assegurar o encaminhamento dos efluentes à solução sanitária regular da unidade. A contratada recolherá resíduos e embalagens gerados na instalação e dará destinação ambientalmente adequada, observadas as obrigações legais de logística reversa quando aplicáveis. Bens substituídos serão destinados pelo procedimento patrimonial competente, após avaliação.

13. ANÁLISE PRELIMINAR DE RISCOS

Infraestrutura incompatível: impacto de impossibilidade de instalação; prevenção por vistoria e anexo técnico antes do edital; responsável: HAPA e setor técnico. Dimensionamento insuficiente: prevenção pela memória de produção e ciclos; responsável: requisitante.

Equipamento em desacordo ou inseguro: prevenção por catálogo, conferência documental e testes de intertravamentos, capacidade e funcionamento; responsável: fiscalização e fornecedor. Atraso: acompanhamento do cronograma e notificação; responsável: gestor.

Preços sem escopo comparável: revisar fontes e incluir encargos acessórios; responsável: pesquisa de preços/PPC. Descontinuidade por falha: garantia, suporte e planejamento de manutenção; responsável: fornecedor e gestão do hospital.

14. CONCLUSÃO DE VIABILIDADE – ART. 18, § 1º, XIII

Conclui-se pela viabilidade preliminar da aquisição por itens para equipar a lavanderia do HAPA, condicionada à validação do dimensionamento, à adequação da infraestrutura, à consolidação da pesquisa de preços para o escopo completo e à disponibilidade orçamentária.

A aprovação final deste estudo deve ocorrer após a juntada dessas verificações e validação pela unidade requisitante. Recomenda-se pregão eletrônico, menor preço por item, para bens comuns com padrões de qualidade e desempenho objetivamente definidos, mediante contratação de fornecimento determinado.